



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

AGUIDA PEREIRA DE ASSIS

**AÇÃO PARADIPLOMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR:
A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA
CULTURA**

Salvador
2009

AGUIDA PEREIRA DE ASSIS

**AÇÃO PARADIPLOMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SALVADOR:
A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA
CULTURA**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Carlos Roberto Sanchez Milani

Salvador
2009

A

D. Feliciano (gasona), mãe querida, pela dedicação e esforço para compreender minhas escolhas e entender o afimco nas realizações.

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos a serem feitos nesse momento especial a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

A Deus: pela vida, pela força, pela saúde, pela esperança, pela sustentação espiritual nas horas menos fáceis.

À Escola de Administração da UFBA: direção, professores, estudantes, pessoal de apoio, pela contribuição na qualidade da minha formação profissional e pessoal.

Ao Bansol, pelo despertar da consciência para o social e por mostrar outra face, mais interessante, do curso e da profissão de Administração.

Ao professor Carlos Milani, por aceitar, prontamente, minha solicitação de orientação e por tê-la conduzido com a maior atenção e qualidade.

Às professoras Elizabeth Loiola e Maria Teresa Franco, por se dedicarem à co-orientação e correção deste trabalho.

Às organizações que serviram de base para este trabalho: CRIA (Centro Integral de Referência do Adolescente); OAF (Organização de Auxílio Fraternal); Centro Municipal de Educação Infantil Cid Passos; CCOF (Centro Cultural Oficina Reciclável). Aos responsáveis pelas organizações que me receberam e prestaram informações indispensáveis para a elaboração deste trabalho. Muito agradecida por tudo que fizeram, pelo que me proporcionaram de novos conhecimentos e pela presteza no atendimento de minhas solicitações.

Ao Promotor de Justiça Dr. Rogério Queiroz, pela sensibilidade em entender a importância deste momento e por ter contribuído para sua concretização.

Às colegas e aos colegas da Secretaria Geral do Ministério Público, pela compreensão dos horários não convencionais.

"A humanidade transformou-se em uma grande família, tanto que não podemos garantir a nossa própria prosperidade se não garantirmos a prosperidade de todos. Se você quer ser feliz, precisa resignar-se a ver os outros também felizes".

Bertrand Russel

RESUMO

O presente trabalho visa a contribuir para a disseminação, tanto para a Academia quanto para a comunidade externa, dos conhecimentos acerca da Paradiplomacia. Fenômeno das Relações Internacionais contemporâneas que registra a inserção internacional de novos atores no cenário mundial, para além dos governos centrais, a exemplo de governos subnacionais, empresas transnacionais, organizações não-governamentais e movimentos sociais de contestação que, por meio de sua atuação internacional, discutem problemas correlatos a suas realidades e propõem soluções para problemas de diferentes naturezas. Tomando por base as reflexões sobre a globalização e seus desdobramentos sociais e políticos, este trabalho está dividido em 3 capítulos, partindo de uma contextualização rápida das Relações Internacionais – breve histórico, paradigmas - e aprofundando as reflexões por meio de um estudo de casos múltiplos que tomou por base as ações internacionais desenvolvidas por 4 organizações do município de Salvador que atuam nos campos da educação e cultura. Os resultados apontam para a confirmação de que, em Salvador, há atuação paradiplomática, especialmente nos campos abordados aqui, ainda que seus protagonistas não tenham o conhecimento do significado deste fenômeno. Em face desta constatação, justifica-se a importância de contribuições como a deste trabalho, que se dispõem a lançar luz sobre essa temática, novidade para muitos e que abre um campo de estudos muito profícuo para a comunidade acadêmica baiana.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Globalização; Novos atores internacionais; Paradiplomacia; Sociedade civil; Salvador; Educação; Cultura.

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1	Cidades-irmãs de Salvador	55
Quadro 4.2	Organizações de Salvador que atuam internacionalmente nos campos da cultura e educação	56
Quadro 4.3	Ações internacionais voltadas para o campo da educação e da cultura	66
Quadro 4.4	Articulação com outras instituições (locais ou nacionais)	68
Quadro 4.5	Motivações para o desenvolvimento das ações internacionais	70
Quadro 4.6	Estratégia de inserção internacional adotada	71
Quadro 4.7	O que a estratégia de inserção internacional trouxe de benefício para o campo da educação e da cultura em salvador	72
Quadro 4.8	O que já se produziu em termos de impacto no campo de atuação respectivo	73
Quadro 4.9	Próximos passos - agenda de trabalho	74
Quadro 4.10	Importante no futuro para o desenvolvimento de ações internacionais no campo da educação e da cultura	76
Quadro 4.11	Aspectos negativos que precisam ser superados	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A DEFINIÇÃO DO ATOR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
2.1	BREVE HISTÓRICO E PARADIGMAS PREDOMINANTES: AÇÃO DO ESTADO E EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES NO MACRO-CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	17
2.2	ATUAÇÃO DO BRASIL (ESTADO, ESTADOS-FEDERADOS E MUNICÍPIOS) NO CENÁRIO INTERNACIONAL	31
3	PARADIPLOMACIA: CONTORNOS DE UM NOVO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL	37
3.1	CONCEITOS E USOS DO TERMO	43
3.2	O SENTIDO DA PARADIPLOMACIA NESTA MONOGRAFIA	49
4	AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS EM SALVADOR NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA	53
4.1	INSTITUIÇÕES LOCAIS COM ATUAÇÃO PARADIPLOMÁTICA: MAIS ALÉM DA SECRI	54
4.2	SÍNTESE DAS AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS LOCAIS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO E NOVAS AGENDAS DE PESQUISA.	83
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICES	94

1. INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas do século XX, a sociedade presenciou a emergência de atores novos e mais atuantes no cenário das relações internacionais. A dinâmica dos relacionamentos com o exterior, por um lado, se viu influenciada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, evento que teve como efeito potencializar movimentos de insatisfação com relação à condução da política externa de alguns países e à rigidez da bipolaridade entre USA e ex-URSS. Por outro lado, a globalização, a partir da década de 1980, provocou mudanças de comportamento e de percepção acerca da dinâmica internacional e potencializou, por meio de novas tecnologias de comunicação, uma maior densidade das ações e fluxos transnacionais. Como resultado desses acontecimentos, a cena internacional se viu preenchida por entidades subnacionais, organizações e indivíduos que passaram a exercer, em conjunto com os Estados-nação, ações de cunho internacional.

Na visão de alguns estudiosos, este foi o momento em que a paradiplomacia ganhou força e relevância na dinâmica das relações internacionais. Dessa forma, inaugurava-se a mais recente “novidade” nos estudos das RI. Estaria o mundo diante de uma nova era, na qual o Estado não mais figuraria como único ator no cenário mundial? Essa é a crença de muitos autores, em especial aqueles, como Oliveira (2007) e Bedin (2005), que afirmam que não só os Estados são considerados atores internacionais, mas também: organizações internacionais, criadas pelos Estados; empresas transnacionais; organizações não-governamentais; partidos políticos; Igreja; terroristas; opinião pública, além de indivíduos que representam força política e exercem influência perante os acontecimentos internacionais.

Outra importante contribuição foi trazida pelas facilidades proporcionadas pelo uso mais democrático da informática e da eletrônica. Passou a ser possível estabelecer conexão e interação com pessoas e instituições de qualquer parte do mundo, mesmo não havendo contato pessoalmente. Desta forma, acontecimentos que antes não chegavam ao conhecimento de comunidades pelo mundo a fora, agora, em questão de segundos, são

divulgados e provocam reações que influenciam a tomada de decisão de governos locais. Pode-se dizer que trata-se de uma verdadeira revolução nas relações internacionais, fazendo com que estremeçam alicerces defendidos por teóricos realistas mais clássicos para os quais os assuntos domésticos não interessariam ao mundo das relações exteriores.

Neste cenário cheio de novidades, surge o fenômeno conhecido como paradiplomacia que preconiza a idéia segundo a qual as ações internacionais são realizadas não apenas no âmbito da Diplomacia oficial, mas também, por outras instituições que se propõem a dividir com o poder central o papel de ator internacional. Fazendo emergir novos temas vinculados a novas agendas de trabalho, além dos já historicamente conhecidos como soberania e segurança nacional. Novos paradigmas explicam e orientam a ação internacional, superando aquela dicotomia entre Realismo e Idealismo. Agora fala-se em direitos humanos, defesa do meio ambiente, aquecimento global, imigração, proteção a mulheres, crianças e refugiados, ou seja, há uma mudança significativa no discurso das ações internacionais. Essa mudança é o que justifica a presença desses novos atores, que além de sofrerem as conseqüências trazidas por esses novos temas, se propõem a buscar soluções para os mesmos, contribuindo para a criação de uma solidariedade transnacional.

Essas tantas alterações são percebidas ao redor do mundo todo e, conseqüentemente atingem a comunidade local. Desta forma, a paradiplomacia se traduz em uma realidade no cotidiano de muitas organizações sociais do Brasil, bem como na cidade de Salvador. A maioria dessas instituições realiza ações paradiplomáticas sem terem o conhecimento do que isso significa. Na busca pela inserção internacional, objetivando encontrar meios para solucionar seus problemas, acabam efetivando um protagonismo internacional de maneira quase espontânea. Ainda que não sejam detentoras desse conhecimento, que atualmente é tema de estudos na Academia, tanto no país quanto no exterior, isso não as impede de realizarem ações importantes e alcançarem resultados relevantes que revertem em benefício para a sociedade.

Tendo essa contextualização como pano de fundo, o presente trabalho objetiva principalmente conhecer instituições que praticam ações paradiplomáticas na cidade de Salvador, com atuação nos campos da educação e da cultura, com vistas a ampliar o horizonte de atuação local para além da Secri – Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

Aprofundando estudos anteriores sobre o tema (Morjane, Clotilde), pretende-se detalhar um pouco a realidade dessas organizações: CRIA (Centro de Referência Integral de Adolescentes); OAF (Organização de Auxílio Fraternal); Centro Municipal de Educação Infantil Cid Passos; CCORF (Centro Cultural Oficina Reciclável), procurando descobrir quais são as principais ações internacionais que desenvolvem, bem como quais articulações são efetivadas para que essas ações aconteçam. Prosseguindo nesta descoberta procurar-se-á investigar a história dessas ações paradiplomáticas: qual seu marco de criação; quais fatores motivaram essas organizações na busca de uma inserção internacional; quais tipos de inserção são adotados; elas são eficientes; trouxeram benefícios reais para o público alvo dessas organizações; qual a relação estabelecida com a Secri (Secretaria Municipal de Relações Internacionais). Por fim, saber dessas instituições o que há de previsto para ações futuras: qual agenda de trabalho; o que precisa ser melhorado para que os resultados sejam mais proveitosos.

Este trabalho será orientado partindo da consideração de alguns pressupostos, a saber:

1. O município é um ator importante das RI e vem desenvolvendo ações efetivas no campo da cooperação internacional, em especial nas áreas de projetos, irmanamentos de cidades e regiões, além de participação em várias redes de atuação internacional.

Dentre os novos atores com atuação no cenário internacional contemporâneo, o município é um dos que têm alcançado maior destaque. As razões para essa predominância são várias, a exemplo da insatisfação com os resultados obtidos por meio da atuação exclusiva do ente nacional no trato das relações internacionais e a conseqüente demanda de descentralização das agendas de política externa; o novo papel que as cidades têm

desempenhado na execução de políticas públicas que busca a resolução de problemas locais; a emergência do fenômeno da globalização que permitiu maior aproximação entre indivíduos, instituições e organizações distanciados geograficamente, particularmente a partir do *lócus* urbano em que vivenciam dificuldades locais semelhantes.

Neste cenário cabe ao município, por ser o ente que se encontra mais próximo dos cidadãos e ser um dos mais demandados em termos de solução para os problemas locais, levar adiante ações que visem a uma cooperação internacional. O município busca através do estabelecimento de parcerias e troca de experiências implementar em seu território práticas que tenham como objetivo a solução desses problemas. Pode-se constatar que municípios ao redor do mundo têm alcançado esse intento e despontam como atores relevantes no campo das RI, revolucionando concepções teóricas e considerações políticas acerca de quem é ator das relações internacionais.

2. No município de Salvador, outras instituições, além da SECRI, têm desenvolvido ações paradiplomáticas importantes.

A ação institucional da SECRI no campo da cooperação internacional não impede a ação paradiplomática de outras secretarias de governo e de organizações da sociedade civil no campo da educação e da cultura. Mesmo tendo a Prefeitura Municipal criado uma secretaria especialmente para tratar de assuntos da esfera internacional, esse fato não se traduz em um impeditivo para que outras iniciativas sejam realizadas. Levando em consideração o surgimento de novos atores na cena internacional, além dos pertencentes à esfera governamental, constata-se a existência de organizações da sociedade civil, juntamente com indivíduos, que efetivam ações internacionais. Em virtude do efeito contestatório fruto das demandas sociais que não são plenamente atendidas pelos entes estatais, as organizações não governamentais se veem compelidas a uma atuação, que, quando necessário alcança a esfera internacional.

3. A descentralização e a internacionalização do campo das políticas públicas (sobretudo em matéria de educação e cultura) possibilita ao município de Salvador

buscar novas fontes e formas de fortalecimento institucional e consolidação de suas políticas.

O modelo político brasileiro baseado no federalismo, por conta de seu caráter centralizador, tem sido alvo de muitas críticas, uma vez que o mesmo não tem respondido satisfatoriamente à sua função de atender a todos os entes federados. Em resposta a esse comportamento a descentralização busca proporcionar alternativas políticas que supram essa carência. Temas como educação e cultura apresentam, ao redor do mundo, realidades e demandas semelhantes. Com a possibilidade de internacionalização de experiências exitosas de políticas públicas nessas áreas, verifica-se um amadurecimento do ente subnacional que traz como conseqüências melhores desempenhos na sua área de atuação. A partir do momento que se torna possível ao ente subnacional local compartilhar suas necessidades, experiências e expectativas com outros entes subnacionais ao redor do mundo, constata-se uma expansão de possibilidades de ação que até então permanecia desconhecida. Há um fortalecimento que pode ser traduzido ou percebido nos resultados que passam a ser alcançados. Esse intercâmbio torna-se mais visível quando efetivado por meio de uma atuação em redes transnacionais, das mais diversas temáticas, as quais têm o papel de possibilitar o compartilhamento de realizações e a união de esforços na busca por soluções a problemas comuns, ainda que os mesmos sejam situados em realidades distantes geograficamente.

A idéia inicial para escrever esta monografia era tratar sobre a SECRI – Secretaria Municipal de Relações Internacionais -, porém houve a necessidade de mudança da instituição-foco a ser pesquisada, tendo o cuidado de manter inalterado o tema central que é a Paradiplomacia municipal. Por conta de já ter sido realizado um excelente trabalho por RIBEIRO (2008), no qual a instituição SECRI, bem como suas ações paradiplomáticas estão devidamente elencadas e discutidas, não cabe mais uma análise, no momento atual, da referida instituição enquanto foco exclusivo desta análise, com isso expande-se o leque para outras organizações e instituições locais que igualmente desenvolvem ações paradiplomáticas.

Em face do exposto, um outro olhar é lançado sobre o tema, agora o que se busca conhecer é: **Como as ações paradiplomáticas nos campos da Educação e da Cultura têm sido desenvolvidas em Salvador, desde o ano de 2005?**

Para responder às indagações levantadas por esta pesquisa a metodologia a ser utilizada lançará mão, num primeiro momento da revisão bibliográfica, por meio de livros e publicações via *internet*. Segundo Minayo (2001, p. 53): “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse”. Esta pesquisa vai ser realizada por meio de documentação direta e indireta e acompanhamento dos *sites* e *blogs* das organizações estudadas, procurando efetivar um acompanhamento das notícias veiculadas. Na seqüência será realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, que servirão de base para um estudo de caso.

O estudo de caso é caracterizado por Yin (2005) como uma: “[...] estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. É justamente o que se pretende fazer ao estudar as organizações locais que realizam ações paradiplomáticas. Trata-se de um evento que está tendo seu desdobramento na atualidade e sua dinâmica de atuação não permite que estranhos ao processo interfiram.

Por se tratar de um estudo com predominância de um viés qualitativo, que pretende avaliar os aspectos subjetivos da atuação dessas instituições, já que a avaliação quantitativa tem como fonte de dados estudos estatísticos, que não serão utilizados nesta pesquisa, o trabalho de campo será de fundamental importância, como descrito a seguir:

[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo (MINAYO, 2001, p. 51).

Após a realização da coleta de dados, por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas, serão feitas análises nos dados coletados, com vistas a detectar pontos característicos ou divergentes na atuação das organizações em foco, que possam contribuir para uma

compreensão mais detalhada de como se efetivam as inserções internacionais respectivas.

A presente monografia está estruturada em três capítulos, nos quais o ponto de partida é a busca pela definição do ator internacional, em seguida será abordado o tema da paradiplomacia, considerando os contornos deste novo campo de pesquisa no Brasil, por fim será feita uma análise das ações paradiplomáticas desenvolvidas no município de Salvador, focando os campos da educação e da cultura. Neste último tópico serão estudadas instituições locais com atuação paradiplomática: mais além da SECRI. Por fim, nas considerações finais pretende-se fazer um balanço e verificar quais são as novas agendas de pesquisa que o tema sugere.

2. A DEFINIÇÃO DO ATOR NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Inicialmente é importante ressaltar que o ator nas relações internacionais é aquele ente que atua e produz efeitos (materiais ou simbólicos) no cenário internacional. Dessa forma, para que haja a designação de ator internacional se faz necessário que o mesmo desempenhe um papel relevante na cena mundial. Essa designação e conceituação aparecem muito bem definidas na afirmação a seguir:

No contexto internacional, pode-se dizer que o ator é o agente do ato internacional, aquele que participa das relações internacionais e da dimensão dinâmica da sociedade internacional, cuja realidade é formada por um elenco de agentes sociais, que ali atuam e se relacionam, influenciando-se mutuamente e interagindo-se em cooperação ou em conflito (OLIVEIRA, 2007, p. 183).

Conforme tal entendimento, não caberia primordialmente essa definição a qualquer ente que atue internacionalmente. Logo, nem todo ator social seria ator na esfera internacional. Tratar-se-ia de prerrogativa adquirida no trato e na história das relações internacionais. Não bastaria agir no campo das relações internacionais, seria preciso adicionar outros ingredientes para que tal título pudesse ser ostentado. Esse ponto de vista, contudo, carece de ampliação diante do mundo atual, no qual uma gama considerável de novos

atores se projeta no cenário mundial. Constata-se por meio de observações dos acontecimentos internacionais, que nem todos os atores internacionais são titulares da mesma capacidade de influência ou poder de decisão. Por conta desse aspecto, a contribuição seguinte auxilia quando diz:

[...] A simples qualidade de grupo social não tipifica automaticamente tão singular identidade de agente internacional. Ao contrário, o ator internacional assim se qualifica por dispor da capacidade de participar de relações significativas do ponto de vista internacional (OLIVEIRA, 2007, P. 183-4).

Na definição de Oliveira (2007), são diversos os fatores que caracterizam o ator internacional, podendo ser destacados: “natureza territorial e funcional; grau de importância e grau de autonomia”. Cada um desses aspectos ao ser analisado detalhadamente indica a categoria em que se encaixa tal e qual ator. Autores como Oliveira (2007) e Bedin (2001) convergem quanto a sua classificação ao consideraram atores com atuação relevante no campo internacional: “Estados nacionais (tipos, por alguns teóricos como o único ator internacional, ao passo que outros o consideram o mais importante, levando em conta a existência e importância de outros); Organizações Internacionais (criadas pelos Estados); e o que é denominado como forças transnacionais: Organizações Não Governamentais, empresas transnacionais e opinião pública internacional”. A convivência do Estado com outras instituições na cena internacional, denominada por Hurrell (2009) como: “governança complexa além do Estado”, pode ser explicada tendo como referência o pensamento de que:

[...] na medida em que outras formas organizacionais concorrem com os Estados na representatividade de agrupamentos humanos, outras entidades passam a constituir-se em atores, ao lado dos Estados e das organizações intergovernamentais: as organizações não-governamentais, as multinacionais, e outras entidades e indivíduos (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Tomando como base essa contextualização rápida, o presente trabalho em sua sequência pretende explorar um pouco mais a temática da atuação dos atores internacionais, especialmente a emergência dos novos. Isso, tendo em vista o quanto esta ação vem se configurando em possibilidades de pesquisa, análise, reflexão e críticas a respeito dos acontecimentos contemporâneos na esfera dos estudos e práticas das relações internacionais.

2.1 BREVE HISTÓRICO E PARADIGMAS PREDOMINANTES: AÇÃO DO ESTADO E EMERGÊNCIA DOS NOVOS ATORES NO MACRO-CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

O advento do Estado moderno¹ e do sistema de relações interestatais, a partir do Tratado conhecido na história como a Paz de Vestfália (1648), teve como característica principal a mudança nas relações de poder entre os Estados em formação, o Império Sacro Romano-Germânico e o Vaticano, fazendo surgir uma nova conformação de sociedade². Na visão de Bedin (2001, p. 159), esse “é o momento culminante de afirmação e de consolidação do Estado moderno”. A sociedade vivia uma fase conturbada, havendo forte contestação da influência da Igreja, que se estendia de maneira indefinida, como afirma Bedin (2001), estando presente em todos os aspectos da vida social, sendo inclusive responsável pela condução das relações internacionais.

A Igreja e o Sacro Império Romano-Germânico³ aceitaram, uma vez que não havia alternativa, renunciar a parcelas de poder em favor de um ente que teria, a partir daquele momento, a prerrogativa de conduzir o destino dos povos e nações que estariam por forjar-se. Efetuou-se, desta forma, uma alteração significativa na dinâmica das relações internacionais, ficando a cargo do Estado a condução da política no cenário internacional, além do cuidado dos seus assuntos internos. Contudo, a aceitação de uma nova entidade que tomaria, para si, a responsabilidade de zelar pela ordem social e pelo equilíbrio nas relações sociais não se processou de maneira plenamente tranqüila. Segundo Bedin (2001), “esse processo foi bastante lento e representou um “parto” histórico difícil de ser

¹ Por Estado moderno entende-se, seguindo Max Weber, a “comunidade humana que, dentro de um determinado território [...], reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer a coação” (BEDIN, 2001, p. 31).

² A sociedade surgida da Paz de Vestfália é a sociedade internacional moderna, assim designada porque ‘reconheceu o Estado moderno como poder supremo ou soberano dentro de suas fronteiras, descartando as reivindicações transnacionais de autoridade política da Igreja [e do Império] (ZACHER apud BEDIN, 2001, p. 162).

³ Apesar de ostentar esse nome, existiam críticos que defendiam a idéia de que: [...] O Sacro Império Romano-Germânico “não era Sacro, nem Romano, nem Império. (LYON apud BEDIN, 2001, p. 109). Essa crítica se justifica na visão de Bedin (2001, p. 109) ao considerar que: “apesar do nome pomposo, [o Sacro Império Romano-Germânico] não possuía efetividade política suficiente para enfrentar o poder dos monarcas no período e o Estado moderno em formação”.

concluído [...] foi se desenrolando ao longo de [vários] séculos”. A construção do Estado moderno é uma história de guerras e conflitos por territórios e afirmação da identidade nacional.

Este Tratado [Vestfália] caracterizou-se também pela defesa de três princípios fundamentais, que passariam a orientar as relações entre os Estados a partir daquele momento, sendo eles, conforme (BEDIN, 2001): “a) o princípio da liberdade religiosa dos Estados; b) o princípio da soberania dos Estados; c) o princípio da igualdade entre os Estados”. Por ter perdido poder de influência na condução das relações sociais, pouco a pouco, não caberia mais à Igreja impor o seu credo às pessoas. A separação paulatina entre política e religião permitiu aos Estados assumir um caráter laico, não mais existindo a necessidade de professar uma fé religiosa. Isso se deu de modos distintos nos diferentes contextos nacionais, sendo que o caso francês é o que melhor ilustra essa separação Igreja-Estado.

Isso posto, configurou-se um cenário diferente nas relações internacionais. Devendo os Estados integrantes da nova sociedade internacional adotarem o princípio da soberania no trato com os demais Estados-nação, como forma de estabelecer um relacionamento que visasse ao equilíbrio de poder, haja vista não ser possível a uma nação querer impor-se, legitimamente e por meio do direito, perante as demais, sendo todas consideradas como jurídica e formalmente “iguais” em relação às outras. Essa igualdade é claro que pode ser contestada à medida que são percebidas assimetrias de poder evidentes entre Estados, que apesar de estarem presentes em momentos decisórios, não têm representação equivalente a outros, por motivos os mais diversos, trata-se, portanto, de uma igualdade relativa ou formal. A autoridade soberana máxima seria o Estado, que passaria a definir as regras do jogo social no interior de suas fronteiras, não sendo permitida influência legítima exterior, para além de suas fronteiras. Conforme observa Bedin (2001, p. 110): [...] dentro de suas fronteiras, “o Estado era absoluto; todas as outras instituições, tanto seculares quanto religiosas, tinham de reconhecer sua autoridade”. Estava com isso superada, em tese, a fase de subjugação de uma nação por outra, devendo as relações se dar no nível da igualdade entre os membros da sociedade

internacional – isso mais formal e juridicamente e menos do ponto de vista político, como já relatado anteriormente.

Em virtude dessa nova realidade o conceito de soberania assumiu um *status* de destaque nas relações internacionais. Ainda que o mesmo tenha sido alvo de críticas como se constata em Stoessinger, apud Bedin, (2001, p. 181): [...] “A soberania, mais que qualquer outro fator isolado, é a responsável pela condição anárquica das relações internacionais”. Desta maneira, a questão da soberania se mostra uma constante na pauta de discussões dos Estados-nação. Trata-se de um tema-chave para o estabelecimento de uma relação a mais equilibrada possível entre os Estados integrantes da sociedade internacional. Por conta desse princípio os Estados estabelecem relacionamentos com os demais em nível de igualdade e baseados nessa premissa, buscam respeitar o poder absoluto do outro no trato de assuntos internos, evitando dessa maneira a ocorrência de invasões arbitrárias, o que feriria esse princípio basilar nas relações internacionais. Muitos teóricos se debruçaram sobre o referido tema, sendo a contribuição de Jean Bodin (1530 -1596) considerada uma das mais relevantes. É ele que afirma em Bedin (2001): [...] soberania é, [...] “o poder absoluto e perpétuo de uma república”. É um poder absoluto porque a soberania “não é limitada, nem em poder, nem em responsabilidade, nem em tempo”. Diante desse entendimento, por muito tempo, ao longo dos séculos, e em alguns casos ainda hoje, a sociedade internacional só concederia ao Estado-nação o título de único representante legal e legítimo capaz de atuar no cenário internacional, buscando a defesa dos interesses internos no plano exterior. Entretanto, essa representatividade não conseguiu suprir todas as expectativas criadas em relação ao seu desempenho, gerando, desta forma muitas insatisfações no interior das nações. Ao longo dos anos, em virtude da insatisfação crescente com a maneira pela qual o Estado estabelecia as relações exteriores, foram surgindo novos atores no campo das relações internacionais que traziam dentre suas propostas o compartilhamento com o Estado da tarefa de executar as relações com outros países. Esse ponto será retomado na sequência deste trabalho.

Para atuar no cenário internacional os Estados-nação costumam adotar modelos paradigmáticos, que têm dentre suas funções o objetivo de orientar quais posturas deverão ser adotadas pelos respectivos Estados. Esses modelos são fruto de reflexões,

segundo o pensamento de Bedin (2001), muitas das quais inspiradas em grandes teóricos, a exemplo de clássicos como Nicolau Maquiavel (1469 -1527), Jean Bodin (1530 -1596) e Thomas Hobbes (1588 -1679). Esses autores representam nomes ilustres dentre os estudiosos que se lançaram na tarefa de explicar o papel exercido pelo Estado nas relações internacionais e viabilizaram importantes contribuições para o entendimento das ações e relações internacionais. Cada um deles buscou destacar pontos relevantes da atuação do Estado, tais como: a questão do poder e a conduta da política; o conceito de soberania e suas características e a análise do estado de natureza do homem transmutado em conceito de anarquia. Esse último tema, ao ser transportado para as relações internacionais, afirmava que existe nas relações entre os países uma espécie de anarquia, caracterizada pela falta de um poder soberano capaz de disciplinar com o uso legítimo da força as relações internacionais.

No desdobramento dos estudos das relações internacionais foram surgindo, de tempos em tempos, modelos diferentes, os quais tinham a intenção de explicar a realidade internacional, bem como, conforme já mencionado, orientar a ação dos Estados. Esses modelos, contudo, em virtude dos aspectos que se propõem a discutir e defender, acabam gerando críticas de outros estudiosos que terminam por oferecer também suas contribuições. Desta forma, fazem surgir outro modelo que pretende substituir o anterior, ou em vigência, alegando que o proposto em tela, apresenta melhores respostas e posturas mais adequadas a serem adotadas pelas nações. Portanto:

[...] “um paradigma das relações internacionais é então uma visão, uma interpretação, uma perspectiva dos fenômenos internacionais ou mundiais, amparada em algum método, cuja pretensão é explicar e dar sentido para os fatos que estão se desenrolando no cenário internacional” (RODRIGUES, 1994, apud BEDIN, 2001, p. 217).

Assim sendo, a contribuição desses autores clássicos foi de fundamental importância para a definição dos principais modelos paradigmáticos que conduziram as discussões no campo das relações internacionais ao longo dos séculos, e ainda hoje é fonte de inspiração para os estudiosos do tema.

São muitas as correntes teóricas que se dedicaram a estudar a disciplina das relações internacionais. Os autores costumam enfatizar classificações diferenciadas quanto aos paradigmas dominantes, havendo momentos de aproximação e outros de distanciamento, a depender da corrente ideológica defendida por cada um. A classificação adotada por Nogueira e Messari (2005) relaciona “seis abordagens teóricas diferentes”, a saber: Realismo, Idealismo, Liberalismo, Marxismo, Teoria Crítica e Construtivismo, bem como desdobramentos ocorridos em algumas dessas correntes de pensamento como as contribuições do Pós-Modernismo, Pós-Estruturalistas, Feministas e o Pós-Colonialismo. Em outra contribuição dos estudiosos do tema, Oliveira (2007) aborda os seguintes modelos: Idealista, Realista, Dependente e Interdependente. Também na análise dessa autora os desdobramentos são considerados, dentre eles destacam-se: Realismo Político e Neo-Realismo, além da Teoria Marxista. Este trabalho pretende fazer uma visita a alguns desses modelos, buscando destacar temas mais debatidos e defendidos por esses paradigmas, tendo em vista o grau de influência que eles exercem sobre os tomadores de decisão no cenário mundial.

O surgimento de cada um desses paradigmas encontra-se relacionado aos acontecimentos e reflexões do momento em que os mesmos são desenvolvidos, além dos interesses existentes nas suas explicações. Como bem demonstrado a seguir:

O problema paradigmático concentra-se em torno dos valores de interpretação,[...] de parâmetros consistentes à apreensão dos fenômenos das Relações Internacionais. Trata-se de indagar qual o modelo mais adequado à compreensão dessa realidade mesma. [...] O paradigma, às vezes, vem fazer o papel de mapa mental do teórico, servindo de guia à pesquisa, oferecendo uma imagem do mundo, já que os fatos não falam por si, tampouco representam uma única imagem do mundo (OLIVEIRA, 2007, p. 69-70).

Existe uma espécie de alternância de paradigmas, havendo momentos em que um predomina em detrimento de outro, não significando, contudo, que um se sobreponha ao outro, ambos podem continuar pretendendo, ao mesmo tempo, explicar e solucionar os problemas do seu tempo. Desta forma, logo após a Primeira Guerra Mundial, em consequência dos trágicos acontecimentos para a humanidade, surgiu o Idealismo, que predominou por décadas, como uma tentativa de dar respostas e elaborar proposições no sentido de não permitir que os últimos acontecimentos retornassem ao cenário mundial.

[...] o idealismo foi o modelo teórico dominante durante um período de, aproximadamente, vinte anos (1919-1939). Esse hiato de domínio idealista foi motivado, [...], pelas grandes consequências humanas, econômicas e sociais da Primeira Guerra Mundial, que levou os homens daquele período a buscarem alternativas para a construção de uma ordem internacional articulada a partir de valores éticos e das normas e instituições jurídicas (BEDIN, 2001, p. 230-1).

Dentre os teóricos defensores do idealismo como prática orientadora das relações internacionais destacam-se Immanuel Kant e Thomas More. Visivelmente existe uma quantidade menor de teóricos que se dedicam à defesa desse paradigma, no entanto, os que o fizeram, apresentaram uma atuação determinante para que a sociedade pudesse dispor de uma visão alternativa que considera outros olhares e perspectivas de ação do homem e do Estado-nação na seara das relações internacionais. Por conta dessa diversidade é que o papel do Idealismo é de destaque e influência para as instituições e movimentos que pretendem contestar a visão realista da política externa das nações. Conforme o pensamento de Oliveira (2007), uma importante vitória creditada aos idealistas é a constituição da Sociedade das Nações, que pode ser considerado como embrião para o surgimento da Organização das Nações Unidas, instituição que no período entre-guerras mundiais se propôs a buscar soluções pacíficas para evitar os conflitos entre os Estados nacionais.

Como mencionado anteriormente, a cada modelo paradigmático corresponde uma corrente contrária, a qual se propõe solucionar de uma maneira melhor os mesmos problemas enfrentados naquele momento pela sociedade internacional. Há casos de autores que claramente procuram em seus trabalhos destacar os pontos falhos da teoria que estão criticando, a exemplo de Hans Morgenthau e Edward Hallet Carr, expoentes do Realismo, tendo [...] Edward Hallet Carr, afirmado em Bedin (2001), [...] “que o Idealismo político é, no que se refere às relações internacionais, uma fase infantil da ciência política internacional”. Em virtude dessa característica, em contraponto ao Idealismo surgiu o Realismo. Há uma divergência entre alguns autores quanto a defenderem estar entre os precursores deste modelo, teóricos como Maquiavel e Hobbes, tal idéia apesar de não ser plenamente aceita, orienta o pensamento seguinte:

A concepção do realismo político – parâmetro conhecido como clássico, tradicional, estadocêntrico – apresentou-se como reação ao período denominado idealista das Relações Internacionais, encontrando raízes nos pensamentos de

Nicolau Maquiavel (1532) [...] e Thomas Hobbes (1615), [...] inspiradores do desenvolvimento desse paradigma (OLIVEIRA, 2007, p. 77).

Tais correntes apresentam pontos de vista bastante distintos entre si, enquanto para o Realismo a natureza humana é predominantemente má, o que justifica a existência de um ser estranho – Estado - que vai conduzir a ação dos homens. Na visão do Idealismo é possível existir harmonia entre os homens, na busca da paz universal. Conforme dito anteriormente a contribuição dos autores clássicos orientou a construção dos modelos paradigmáticos, como no caso em tela, em que o Realismo recebeu forte influência hobbesiana, de acordo com o que se segue:

Thomas Hobbes aprofunda uma concepção realista da natureza humana, demonstrando que os homens não são naturalmente bons e justos e que, sem a presença do Estado, eles se encontram absolutamente livres para realizar todas as suas paixões mais profundas e satisfazer plenamente os seus instintos, mesmos os mais violentos (BEDIN, 2001.p. 151).

Na visão Realista o cenário internacional é caracterizado como anárquico, pelo fato de não existir um poder soberano que atue sobre os outros Estados, haja vista que estes consideram o princípio da soberania como fator determinante nas relações internacionais, não se sujeitando a um poder superior. Conforme registra Wight (1985, p. 83 apud Bedin, 2001, p. 180): “Para o Realismo político, ‘o cenário internacional pode ser corretamente definido como uma anarquia – [...] potências sem governo”.

Contudo, tal paradigma vem sofrendo, nas últimas décadas, gradativo enfraquecimento na capacidade de influência sobre analistas internacionais. Esse fato encontra-se relacionado à visão limitada das relações internacionais defendida pelos realistas, ao considerarem apenas o Estado como ator único no trato dos assuntos de natureza exterior, bem como a percepção que esse paradigma tem da natureza humana vista como predominantemente competitiva, má e belicosa. Dessa forma surgem outras teorias que se propõem a explicar os acontecimentos internacionais, conforme se vê adiante:

Nos idos dos anos sessenta, o paradigma realista foi perdendo espaço nas interpretações dos fenômenos internacionais, surgindo um novo paradigma, o paradigma da dependência, e logo após, o da interdependência (OLIVEIRA, 2007, p. 81).

Por conta de mudanças significativas na atuação de atores não-estatais no cenário mundial, o Realismo passou a ser contestado, principalmente no ponto em que este defende uma diferenciação no grau de importância dispensada entre assuntos de política interna e externa nas relações entre os Estados. Na visão de Oliveira (2007, p. 83), os realistas “não apreciam a multiplicidade de agentes e a emergência de novas potências que venham a perturbar a ordem estabelecida”. O mesmo entendimento é defendido por outros autores, conforme se percebe que:

Na década de 1970, o Realismo conheceu uma de suas crises mais agudas. O surgimento e a confirmação da relevância dos assuntos econômicos puseram em dúvida a centralidade do papel desenvolvido pelo Estado nas Relações Internacionais e, com isso, colocou-se a questão da relevância de atores como as empresas multinacionais, as organizações internacionais, assim como algumas organizações não-governamentais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 42).

Grande parte das críticas lançadas ao modelo realista estava ligada ao fato de o mesmo não ter tido a capacidade de responder a todos os problemas que emergiram na dinâmica internacional contemporânea, principalmente após o fim da Guerra Fria e o surgimento de novos atores que trouxeram a proposta de construção de uma nova agenda com temas outros que não apenas guerra, paz e poder. Na visão de Bedin (2001, p. 263): “[...] Esta pluralidade de atores internacionais rompe, com certeza, a visão estadocêntrica do paradigma realista das relações internacionais e exige um paradigma que reconheça a pluralidade e a especificidade destes novos atores”.

Mesmo diante de inúmeras críticas, ainda prevalecem resquícios de inspiração realista na condução das relações internacionais, como bem demonstrado a seguir:

[...] o Realismo tem sido uma tradição teórica muito rica, muito diversa e muito presente nas Relações Internacionais [...] ocupou uma posição dominante nas Relações Internacionais durante várias décadas [...] ele continua sendo uma teoria muito influente entre acadêmicos e tomadores de decisão. Isso se deve tanto a sua riqueza e sua diversidade quanto a sua adaptação às necessidades da política mundial contemporânea (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 54).

Outro paradigma que desempenha papel relevante nas Relações Internacionais é o Liberalismo, que segundo Nogueira e Messari (2005, p. 57): “é um dos paradigmas dominantes na teoria das Relações Internacionais e sua influência cresceu muito após o fim da Guerra Fria”. Dentre os pontos característicos do Liberalismo não podem deixar de

ser mencionados os conceitos de: livre-comércio; democracia e defesa das instituições internacionais, sendo os mesmos tidos como pilares para uma convivência pacífica entre as nações, conforme se contata a seguir:

[...] a visão liberal das relações internacionais procura combinar (nem sempre com sucesso) preocupações de natureza *normativa* com uma vocação científica que busca comprovar *empiricamente* suas teses. [...] como o sistema internacional pode ser mudado de forma a se tornar menos conflituoso e mais cooperativo? [...] grande variedade de respostas [...] as mais representativas do liberalismo [...] o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais. [...] os pensadores liberais do século XIX afirmavam haver uma incompatibilidade profunda entre o comércio e a guerra (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 62).

Outro ponto destacado pelos liberais, na opinião de Nogueira e Messari (2005), é a manifestação da opinião pública diante de temas relevantes para as relações internacionais. Essa instituição tem apresentado contribuição decisiva nas decisões pacíficas adotadas por alguns Estados, ainda que os mesmos ajam de maneira contrária à sua opinião inicial. Conforme visto anteriormente, existe em alguns momentos a existência concomitante de alguns paradigmas, uma vez que a predominância de um não corresponde necessariamente à extinção de outro, mesmo que represente, por meio das críticas, uma das formas de superação do ponto de vista contestado, é o que pode-se constatar a seguir:

[...] o predomínio do Realismo marginalizou a contribuição dos liberais durante as primeiras décadas do pós-guerra. [...] esse quadro começa a mudar, ainda que lentamente, ao longo dos anos 70, quando a temática da interdependência torna-se objeto privilegiado de pesquisas originais e rigorosas por alguns autores que assumirão um lugar central nas Relações Internacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 80).

Outro ponto relevante nas Relações Internacionais é a presença de movimentos contestatórios que se propõem a questionar modelos e práticas vigentes na dinâmica da sociedade internacional. Esse movimento foi o responsável pelo surgimento de outros paradigmas como já mencionado, dentre eles: Dependência e Interdependência. Que trazem como pontos de destaque a crítica feita, a partir da América Latina, não mais da Europa e Estados Unidos, ao modelo de orientação predominantemente economicista responsável pela condução das relações entre os países do eixo Norte-Sul. Na visão de Oliveira apud Bedin (2004): “[...] a teoria da dependência, [...] representa justa tentativa de rompimento da importação de conceitos estruturais e paradigmas externos, como

também, a emancipação do conhecimento latino-americano”. Esse modelo apresenta uma resposta aos teóricos tradicionais das Relações Internacionais que não consideram outras realidades além da européia e norte-americana na elaboração de suas teorias. A interdependência por sua vez, segundo entendimento de Nogueira e Messari (2005, p. 82): “é mais claramente percebida nas relações econômicas, mas aplica-se a outras esferas da política internacional”.

Os autores Nogueira e Messari (2005) destacam ainda que, na década de 1980, desponta como importante contribuição no campo dos paradigmas das Relações Internacionais, a Teoria Crítica. Tal movimento é resultante dos “debates interparadigmáticos” que proporcionaram uma abertura à disciplina [de RI] para uma diversidade de abordagens que, em momentos anteriores, não dispunham de espaço para demonstrar seu pensamento, em virtude da predominância exercida pelo Realismo, como já visto antes. Desta forma:

A Teoria Crítica é uma das mais importantes, [...] contribuição alternativa surgida desde então, apresentado uma crítica contundente à concepção realista das RI como política de poder e questionando a pretensão científica das teorias internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo. [...] O crescimento da influência da Teoria Crítica reflete a insatisfação dos estudiosos com as teorias dominantes diante de suas evidentes limitações na compreensão e análise das mudanças em curso na política mundial. [...] A teoria crítica traz o marxismo de volta para as RI. [...] o Marxismo da Teoria Crítica procura resgatar os elementos da obra de Marx que permitem uma visão não determinista e não economicista da realidade social (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 132-3).

Diante do exposto, evidencia-se o quão rico em proposições e debates é o campo dos paradigmas nas Relações Internacionais. Em cada momento histórico é apresentada uma opção teórica que tem por objetivo responder às indagações da sociedade internacional, bem como trazer a propositura de ações que pretendem resolver os problemas existentes. Como visto, nem todas conseguem o seu intento, ou pelo menos, não por todo o tempo. Chega o momento em que há uma espécie de esgotamento perante os fatos novos que surgem na dinâmica social e, por não dispor das respostas adequadas ao cenário do momento, ocorre a alternância, mencionada antes, essa é a porta por onde entra outra proposta. Assim foi com os diversos modelos apresentados anteriormente. Sem dúvida que nem todas as contribuições foram vistas aqui, essa não foi a proposta deste trabalho, o que se buscou foi permitir um entendimento acerca dos modelos paradigmáticos das RI.

A compreensão dos paradigmas anteriormente citados é importante para facilitar o entendimento da atuação do Estado perante a emergência dos novos atores em face do fenômeno da globalização. Uma vez que pontos fundamentais de sua ação, a exemplo do princípio da soberania vê-se altamente contestado, chegando a ponto de se cogitar o fim do Estado-nação, como proposto por alguns autores. Como se verifica a seguir:

[...] É claro que a globalização não “revoga” a existência do estado-nação, mas certamente restringe o alcance de sua soberania e o destitui da condição secular por ele até então detida: a de ator exclusivo na construção e gestão da ordem internacional (MARTINS, 1997).

Na visão de Dupas (2005, p.27): “A autonomia dos Estados nacionais é, hoje, questionada ao mesmo tempo pelos atores econômicos e pela sociedade civil mundial”. Ainda de acordo com o citado autor: “[...] O conceito-fetiche de soberania é posto em xeque, abrindo mais espaço para temas de direitos do homem e intervenções humanitárias internacionais”. Essas alterações são resultados da mudança que houve na dinâmica do poder nas RI, em que a figura do mercado alcançou projeção internacional, promovendo uma concorrência com o Estado. Contudo, o Estado resiste, uma vez que:

O Estado ainda é o único aparato institucional – por delegação teórica da sociedade, daí advindo sua legitimidade – que tem à sua disposição meios coercitivos político-militares e o poder de instaurar a ordem fundada no direito, bem como dar direção às políticas externa, de saúde, de educação, de segurança etc. A estratégia do capital é dismantelar esse conjunto de missões essenciais ao Estado, privatizando-as e integrando-as à economia mundial (DUPAS, 2005, p. 161-2).

Em virtude desses novos acontecimentos verificados no cenário mundial, a partir da década de 1980 o mundo se viu diante de uma situação na qual o Estado nacional teve seu raio de ação diminuído de maneira expressiva. Foi um momento em que, para levar adiante seu projeto de expansão global, as grandes corporações transnacionais avançaram pelo mundo afora. Em muitos casos, essas organizações são detentoras de capital e patrimônios maiores do que o de muitos Estados nacionais e, esse poderio econômico, aliado à influência política, predominou em relação a uma das principais características do Estado-nação que é o de representatividade e promoção dos interesses nacionais no plano internacional. Diante dessa situação percebe-se que houve uma significativa diminuição da atuação política e econômica dos entes nacionais e, em seu

lugar as organizações transnacionais passaram a conduzir processos de negociação internacional.

[...] As corporações tornaram-se os sujeitos de direito mais importantes da sociedade civil; ao mesmo tempo, em suas decisões sobre padrões e vetores tecnológicos – que definem, além dos produtos que se transformarão em objeto do nosso desejo, as características do mercado de trabalho e da oferta de emprego -, tornaram-se os atores mais importantes da esfera política e do espaço público da sociedade liberal (DUPAS, 2005, p.45).

No caso do Brasil esse fenômeno pode ser constatado com muita nitidez em vários setores econômicos. Com toda essa movimentação adversa, os estados nacionais não foram totalmente subjugados pela força das transnacionais, esse fato representaria o fim de um modelo instituído há séculos, mas não se pode deixar de constatar que as organizações transnacionais passaram a influenciar fortemente nas regras do jogo econômico, social e político. É uma realidade à qual não se pode ignorar, e coube aos Estados buscar uma conformidade diante de uma constatação óbvia, eles não poderiam fazer frente ao poder e força dessas organizações, eles [Estados] teriam que viabilizar essa relação de forma a manter sua autonomia e permitir a atuação das transnacionais em seu território. Conforme leciona Bedin (2001, p. 309): [...] “as empresas transnacionais constituem um fenômeno que adquiriu maior relevância e o verdadeiro *status* de ator internacional nas últimas décadas” [...].

Em meio a tal situação, as unidades subnacionais, bem como movimentos representativos da sociedade civil organizada, se viram diante de um cenário favorável a uma atuação mais autônoma, haja vista que, por não estarem suas demandas sendo satisfeitas adequadamente pelos Estados no panorama mundial e não existirem propostas satisfatórias de solução para seus problemas, cabia a esses novos atores agir em favor de seus interesses, buscando resolver seus problemas por conta própria.

Na seqüência deste trabalho será feita uma análise de quem são e como atuam esses novos personagens do campo das relações internacionais.

Uma das primeiras questões a ser levantada quando se aborda o fenômeno da globalização é levar em consideração seus múltiplos aspectos, não apenas o econômico

que é sua face mais conhecida. É justamente essa tese defendida por Milani (2006, p.377): “A globalização é um fenômeno multidimensional, igualmente marcado por questões de natureza cultural, social, política e ideológica”. Tendo ainda as reflexões do referido autor como orientação, constata-se que:

[...] há dois processos subjacentes à globalização: a internacionalização da política por meio da emergência de atores, redes e instituições transnacionais, assim como a integração econômica produzida pela voracidade do crescimento do comércio internacional, da mídia e da integração financeira. Nesse sentido, quase paradoxalmente, a globalização em si mesma favorece a expressão da contestação transnacional, criando estruturas de oportunidade e também circunstâncias políticas para a ação de movimentos antiglobalização e dos movimentos alternativos à globalização (DELLA PORTA e TARROW, 2005, apud MILANI, 2006).

Portanto, é preciso superar aquela visão limitada de que o fenômeno da globalização se restringe ao aspecto econômico somente, bem como a idéia de que subsiste uma homogeneização da conduta humana. Ainda que haja uma tendência, por um lado, a homogeneizar os comportamentos, por outro as expressões de contestação e de afirmação das identidades locais ganham força dia a dia, conforme atestam análises e estudos recentes sobre o tema.

Outra constatação evidente do fenômeno da globalização é a atuação econômica e financeira das grandes organizações ao redor do mundo. Hoje somas consideráveis de dinheiro circulam pelo mundo a uma velocidade incrível e em muitos casos, os Estados não detêm capacidade para impedir que esses fatos ocorram, é o caso das fugas de capitais que ocorrem em momentos de crise econômica ou mesmo por ação de especuladores nas bolsas de valores do mundo, evento analisado por muitos autores como: Bedin (2001) e Dupas (2005).

No campo das relações internacionais a influência da globalização ou mundialização, como alguns autores (sobretudo franceses) preferem se referir, está diretamente ligada ao fato de ter tornado possível a um grande número de pessoas tomar conhecimento de situações que ocorrem ao redor do mundo, semelhantes às que elas vivenciam em suas localidades. Diante dessa percepção emergiu no seio da sociedade civil uma espécie de solidariedade mundial que pretende buscar soluções que possam melhorar a qualidade

de vida das pessoas onde quer que elas se encontrem. Dessa forma, ocorrências de casos de violência, bem como desrespeito aos direitos humanos e ameaças ao meio ambiente passaram a ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação agora com acesso amplamente facilitado pelos recursos da eletrônica e da informática, não sendo mais possível a tais assuntos ficarem restritos à atuação da política interna de cada país e permanecer à parte das discussões no cenário mundial.

Portanto, atualmente não mais é possível pensar apenas em ações locais e isoladas, sem considerar quais reflexos elas podem apresentar ao redor do mundo. Pois, existe uma espécie de interdependência global, segundo a qual a cada ação em determinado lugar, corresponde uma reação que pode se estender pelo mundo afora, com conseqüências imprevistas e incalculáveis para quem haja dado início a esse processo. O mundo está como se fora uma arena em que é possível a todos interagirem com todos. No entanto, o Estado-nação continua a exercer sua influência e poder nos cenários decisórios do mundo, como destaca Dupas (2005, p. 231): “[...] Os Estados nacionais continuam dominantes. [...] continuam sendo os pilares fundamentais das principais instituições internacionais, frequentemente moldadas de acordo com o interesse dos Estados mais poderoso”. Complementando esse pensamento Castelo Branco (2008, p.47-48) destaca: “apesar de os Estados constituírem os principais atores da sociedade internacional, eles vêm se enfraquecendo em virtude das atuais dinâmicas globais, que os conduzem a um alto grau de dependência [...]”. Na verdade, o Estado se vê diante de uma situação em que é exigido dele uma atuação altamente flexível para poder dar conta das inúmeras demandas que surgem no cenário internacional, ora ele precisa mostrar poder e autonomia, ora se vê obrigado a compartilhar parcela desse poder com forças sociais como as organizações transnacionais.

Conforme já mencionado, a emergência de novos atores no cenário mundial é resultante do processo de contestação acerca da atuação do Estado como único ser responsável pela condução dos interesses nacionais no campo das relações internacionais. A partir das lacunas percebidas por conta dessa atividade deficitária daquele ente que tinha a prerrogativa isolada de atuação no plano exterior, organizações sociais, empresas e indivíduos tomaram para si a responsabilidade de avançar por espaços vazios,

elaborando propostas e obtendo êxito para muitos problemas que se encontravam sem solução imediata. Logo, o surgimento desses novos atores está diretamente relacionado ao vazio deixado pelo Estado na condução das políticas públicas nacionais e internacionais.

Esses novos atores representam uma pluralidade de anseios, propostas e objetivos. Buscam através de sua atuação harmonizar e promover equilíbrio na atuação do Estado-nação, que continua sendo o único representante legitimamente aceito em diversas instituições políticas e econômicas ao redor do mundo. O Direito Internacional só confere reconhecimento internacional como representante legítimo no cenário mundial ao Estado-nação, seguido das Organizações Internacionais, criadas por eles. Como bem demonstra Castelo Branco (2008, p. 119): [...] “apenas os Estados soberanos e as Organizações Internacionais são considerados pessoas jurídicas no Direito das Relações Internacionais”. Essa limitação de reconhecimento no contexto legal externo se traduz por vezes em barreiras a uma atuação mais dinâmica desses novos atores internacionais. Ainda assim, a atuação desses atores se verifica cada vez mais intensa e com importantes resultados nas diversas esferas como: política, social, cultural, ecológica e econômica. Sem dúvida que o processo de globalização teve papel catalisador na percepção desses novos atores internacionais, contudo deve-se levar em consideração que a atuação de outros atores além do Estado na esfera mundial não se trata de fenômeno recente, apenas recorrente, uma vez que de tempos em tempos os teóricos das RI nomeiam novos atores, como aconteceu após a Primeira Guerra Mundial, que segundo Oliveira (2007, p. 35): “trouxo consigo consequências múltiplas. Entre outras [...] o surgimento de novos atores das Relações Internacionais”.

2.2 ATUAÇÃO DO BRASIL (ESTADO, ESTADOS-FEDERADOS E MUNICÍPIOS) NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Estado brasileiro, assim como em outros aspectos, recebeu inspiração dos modelos paradigmáticos predominantes nas relações internacionais para efetivar suas escolhas e conduta no campo das relações externas. Ao analisar a atuação brasileira, percebem-se

quais modelos ideológicos predominaram na inspiração dos agentes públicos na condução da política adotada pelo país para se relacionar com os demais países do mundo em diferentes épocas de sua história.

Por conta do impulso proporcionado pelo fenômeno da globalização nas relações internacionais, o Brasil tem assistido à manifestação de diversos novos atores locais que estão atuando no cenário mundial. Essa atuação externa dos atores locais em muitos casos se dá sem o devido respaldo legal, pois conforme registrado a seguir:

[...] no que diz respeito às relações internacionais é interessante notar que a Constituição de 1988 determina que a conduta das relações externas do País é atribuição exclusiva da União, e de competência privativa do Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado (CASTELO BRANCO, 2008, p. 42).

Mesmo assim, a falta de respaldo legal não impede que unidades subnacionais brasileiras exerçam atividades externas junto a outras unidades subnacionais de outros países. O que se verificar diante dessa realidade é que a atuação do Brasil no cenário internacional tem duas vias de acesso, uma baseada nas leis que delimitam o poder de representar o país à União e outra via que é “aberta” pelos novos atores por conta do grau de insatisfação na condução da política externa, como já fora mencionado anteriormente.

O Estado brasileiro sempre teve dentre suas atribuições a manutenção de relações internacionais com diversos países do mundo. Por conta de seu histórico de colonização e exploração por Portugal, num primeiro momento, e Inglaterra na sequência, as relações exteriores foram uma presença constante na agenda política e econômica brasileira. Essa atuação, no entanto, sofreu alterações ao longo do desenvolvimento do país, conforme se analisado a seguir:

A formação social e nacional brasileira teve sua origem na expansão européia dos séculos XV-XVI, por meio da “descoberta” e da colonização portuguesas. Durante quase quatro séculos a inserção internacional da região processou-se por intermédio das potências européias, inicialmente Portugal e, posteriormente, a Inglaterra. Na passagem do século XIX para o XX, contudo, o eixo da diplomacia política e econômica do Brasil voltou-se para os Estados Unidos. [...] Desde o início dos anos 60 [...] a política exterior brasileira buscou novos espaços, por meio da mundialização e da multilateralização. Sob os efeitos da “globalização” [...]

o país passou a valorizar o espaço regional latino-americano, via Mercosul [...] uma nova fase das relações do Brasil com o mundo (VIZENTINI, 2005, p. 10).

Essa relação com os Estados Unidos esteve presente em muitos governos brasileiros, havendo oscilação entre momentos de maior intensidade nesse relacionamento, seguida por outros em que se buscou uma diversificação nas relações internacionais, ao acessar outras nações para estabelecer relacionamento exterior com o Brasil. A política externa brasileira pode ser classificada como não-linear, haja vista essa variação de tendências e diretrizes que percorreu desde o unilateralismo chegando ao multilateralismo⁴, passando por momentos de atuações bilaterais.

Para economias emergentes, como a do Brasil, negociações multilaterais são especialmente importantes por poderem permitir, por um lado, maior equilíbrio na composição de interesses e, por outro, tornarem mais equitativa a solução de conflitos (VIZENTINI, 2005, p. 90).

Esse comportamento pouco estável apresentava aspectos positivos e negativos, pois ao adotar uma postura de relação internacional unilateral o país tende a registrar desvantagens por não considerar as possibilidades que existem em se relacionar com outras nações. Por outro lado, esse mesmo comportamento gera críticas e descontentamentos durante processos de sucessão governamental, com isso, muda-se o direcionamento dado às relações internacionais anteriormente e procuram-se rever comportamentos com vistas a avançar rumo a novas situações que sejam mais favoráveis ao país. Isso foi percebido muito claramente na política externa brasileira quando o país procurou se relacionar com outras nações como China, Japão, Rússia, Cuba, Europa, bem como com os vizinhos da América do Sul e América Latina, consolidando uma atuação que envolvia todos os continentes do mundo. De acordo com Vizentini (2005, p. 70): “O relacionamento com países estratégicos provinha da necessidade de desenvolver projetos de cooperação em áreas específicas e como forma de demonstrar autonomia em relação aos Estados Unidos”.

Entretanto, esse comportamento do Brasil de buscar novos parceiros no cenário mundial foi percebido pelos Estados Unidos como uma forma de insubordinação, pois, o histórico

⁴ Característica que o país assume por conta do número de países com os quais estabelece relações externas. Atualmente é a conduta predominante nas relações internacionais brasileiras.

da relação Brasil-Estados Unidos foi, por muitos anos, caracterizado por uma subordinação, muitas vezes irrestrita, ao invés de uma relação que buscasse um equilíbrio de poder. Uma das motivações brasileira para a manutenção dessa subordinação estava relacionada aos investimentos exteriores que o país procurava acessar junto ao governo norte-americano, bem como um relacionamento amigável com a maior potência mundial, buscando assim, um favoritismo em detrimento dos outros países do hemisfério sul. No entanto, um país com as potencialidades do Brasil não pode se relacionar com outra nação de forma submissa, sem considerar sua capacidade de articulação e influência frente a outras nações do mundo. Esse tipo de comportamento atrofia uma capacidade que deve ser explorada, pois a maior potência econômica da América do Sul precisa agir conforme seu potencial.

Por outro lado, houve momentos de descompasso entre a condução central do país e as diretrizes defendidas e efetivadas [quando possível] pelo Itamaraty. Um fenômeno considerado estranho ou pouco convencional, pois o que se entende como normal numa atuação internacional é que o órgão central, que tem como competência a condução das relações exteriores, esteja em perfeita concordância com a direção governamental do país, para, com base nessa atuação harmoniosa promover condições favoráveis à nação. Essa atuação em descompasso enfraquece e deslegitima quem deveria atuar, no cenário mundial, em nome do interesse nacional, buscando harmoniosamente efetivar as melhorias que o país precisa. Só dessa forma é que pode haver desenvolvimento e alcance de objetivos que levem em consideração os interesses maiores da nação. Quando isso não acontece, o que se percebe é um processo de estagnação e em muitos casos retrocesso a posições já alcançadas anteriormente. Um exemplo típico é o que relata Vizentini (2005, p.83): “O Ministério das Relações Exteriores não teve participação decisiva na política externa de Collor”. Em outro trecho de sua obra esclarecedora, mais uma vez, o mesmo autor registra que:

No plano especificamente diplomático, Fernando Henrique, habilmente, esvaziou o Itamaraty de suas funções, uma vez que esse órgão representava um foco de resistência do projeto nacional-desenvolvimentista. [...] O resultado foi o encolhimento drástico da diplomacia brasileira. E a dilapidação do patrimônio acumulado nesta área ao longo de décadas (Ibid., 2005, p. 93).

Esse histórico das ações internacionais do Brasil é útil para ajudar a entender a relação que o país desenvolveu com os países da América Latina, e como e por que o Mercosul, que à primeira vista parece ser tão interessante como proposta de integração regional não deslança e proporciona um maior entrosamento entre seus países membros.

A ação brasileira junto aos países mais próximos do continente é marcada por momentos de avanços, perspectivas de grandes feitos e outros momentos de retrocesso de tudo quanto já fora construído em termos de integração e relacionamento com os países vizinhos.

Segundo a Constituição de 1988, a integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira [...] enaltece uma longa tradição de convivência pacífica e harmoniosa entre o Brasil e os demais países da América do Sul (Ibid., 2005, p.95).

O curso histórico de criação e implantação do Mercado Comum do Sul – Mercosul⁵ – foi marcado por período de avanços, estagnação e alguns retrocessos. Realidades desiguais entre os países membros, bem como interesses e atuações políticas divergentes tiveram como resultado o atraso na dinâmica de integração regional. Houve momentos em que esse processo esteve fora da agenda dos países membros do bloco, com isso o enfraquecimento do movimento se fez perceber com as oportunidades perdidas em alavancar um desenvolvimento regional que pudesse trazer melhores condições de vida para seus habitantes, bem como para suas economias, instituições e outros setores da sociedade.

Ao Brasil vem cabendo um papel de protagonista quando o assunto é Mercosul. Pelo fato de ser o único país do bloco com um processo de industrialização mais avançado, o Brasil é apontado como uma liderança natural diante dos outros países integrantes do bloco. Ainda que sejam percebidas parcelas de resistências, às vezes, veladas quanto a essa

⁵ Dentre os passos mais importantes para a implantação do Mercosul merecem destaque duas importantes datas, a saber: 1991 (26 de março) - Assinatura do Tratado de Assunção, criando o Mercosul entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Três anos mais tarde, outra data marcante foi em 1994 (17 de dezembro) – Assinatura do Protocolo de Ouro Preto mantendo a estrutura intergovernamental do Mercosul, com o processo decisório alicerçado no consenso.

liderança. Entretanto essa expectativa de atuação do Brasil muitas vezes não foi efetivada, visto que em vários momentos de sua história, o Brasil desejou alcançar sozinho o desenvolvimento e se tornar um país de primeiro mundo, deixando para trás seus vizinhos. Por conta desse desejo e pretensão individualistas, o Brasil manteve por longos anos uma relação de submissão aos Estados Unidos e não deu a devida importância aos anseios da região sulamericana, desperdiçando a grande oportunidade de estar hoje numa situação bem mais estruturada e alicerçada como liderança regional com maior influência no cenário mundial.

Um dos maiores problemas, analisados pelos estudiosos no processo de implementação do Mercosul foi que o mesmo esteve, por um lado, relegado a segundo plano na agenda política de seus países membros. Por outro, os membros do bloco projetaram uma atuação limitada para o Mercosul, havendo a prevalência apenas de interesses econômicos e comerciais, em detrimento de outras dimensões que poderiam ter contribuído para deslanchar o projeto de integração regional sulamericana, a exemplo da integração cultural, que é vista por algumas organizações sociais como mais efetiva e mais produtiva que a econômica.

Outra questão dessa problemática foi a resistência dos membros do bloco em ceder parte de sua soberania para um ente “estranho”, (no caso uma nova personalidade jurídica que teria a incumbência de gerir os interesses do bloco e representá-lo na esfera internacional), demonstrando com isso um receio e uma falta de confiança de que este ente de fato agiria em favor dos interesses de cada um dos membros e não provocaria prejuízos ao poder soberano dos estados nacionais. O exemplo de sucesso de integração regional orientador nas discussões sobre o Mercosul é a União Européia, que é tido como patamar de desenvolvimento regional de maneira equilibrada, apesar das críticas ao modelo até mesmo pelos países que compõem aquele bloco, conforme registra em sua obra, Vizentini (2008).

Contudo, em momentos mais recentes constata-se a intenção por parte dos membros do bloco de levar adiante um processo de revitalização do mesmo. Os governos mais recentes dos países da América do Sul têm empenhado esforços no sentido de resgatar

as propostas do Mercosul, tem-se percebido uma intenção de superar as falhas ocorridas anteriormente nesse processo de integração regional. Já existem importantes avanços nas áreas econômica e comercial, com soluções mais equilibradas diante de conflitos de interesses, comuns em todo processo de negociação.

Com base nesse breve e amplo panorama abordando o tema dos novos atores nas relações internacionais contemporâneas, será analisado na sequência deste trabalho, um dos desdobramentos atuais mais centrais desses acontecimentos: o crescimento em quantidade e em importância das atividades paradiplomáticas realizadas por entidades estatais e não-estatais.

3. PARADIPLOMACIA: CONTORNOS DE UM NOVO CAMPO DE PESQUISA NO BRASIL

Uma característica marcante do governo brasileiro ao longo da história do país foi o estabelecimento de relações exteriores com diversos países ao redor do mundo, demonstrando abertura a culturas e sociedades distintas que também, em parte, colaboraram na constituição da sociedade multicultural brasileira. Em virtude desse atributo, as relações exteriores têm sido uma presença constante na agenda política e econômica brasileira.

Além disso, por conta do “modelo federalista tradicional e assimétrico”, conforme analisa Castelo Branco (2008, p. 34), que determina a divisão de poderes entre o Executivo e o Legislativo, na efetivação da política externa nacional, o Brasil utiliza um paradigma tipicamente centralizador de decisões. Tal modo de ação tem como uma de suas consequências o distanciamento das unidades subnacionais das discussões e decisões sobre matérias que lhes dizem respeito.

[...] apesar de a Constituição da República de 1988 ter contribuído para a consolidação do processo de democratização do país, [...] não se encontrou um equilíbrio nas relações federativas, [...] tanto que a condução das relações

externas é concentrada no ente central, pouco restando para os Estados e municípios (CASTELO BRANCO, 2008, p.50).

A proposta da atuação internacional de entidades subnacionais, que vem sendo chamada na literatura de atuação paradiplomática, como veremos a seguir, é contribuir para complementar essa lacuna institucional, permitindo, de acordo com a visão de Castelo Branco (2008, p. 62): “uma releitura do próprio modelo estatal, voltada para suprir a ausência de maior integração entre o poder central e o poder local”. O papel da paradiplomacia é, portanto, preencher um espaço vazio deixado pelo ente central na condução da política externa. A realidade brasileira contribui de maneira decisiva no surgimento de ações paradiplomáticas. É a maneira que os entes não-centrais (Estados e Municípios) encontraram para demonstrar sua insatisfação com o modelo político centralizador e ao mesmo tempo buscar alternativas para solução de suas demandas locais e regionais.

Os problemas estruturais que propiciam o desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil existem e são muitos. Dentre eles, um sistema federativo que concentra recursos no governo federal e cria dificuldades imensas até mesmo para a sobrevivência dos municípios e Estados CASTELO BRANCO (2008, p. 88).

Em virtude desse panorama histórico brasileiro, um novo campo de pesquisa vem-se desenvolvendo e corresponde justamente à possibilidade de avançar nos estudos e análises sobre a dinâmica do fenômeno em tela, buscando compreender como e onde ocorrem as ações paradiplomáticas, quem são esses novos atores internacionais praticantes da paradiplomacia, quais os impactos resultantes dessas inserções internacionais, para que elas sejam mais bem compreendidas e aproveitadas na perspectiva dos cidadãos e habitantes dessas cidades e estados-federados.

O fenômeno da paradiplomacia⁶ pode ser considerado, é evidente, como mais um dos desdobramentos da globalização. Nas últimas décadas do século XX, a sociedade internacional presenciou uma “novidade” na forma de inserção no cenário internacional. Agora não apenas os Estados soberanos se fazem presentes na condução das atividades exteriores, também entes não centrais e não estatais participam e dão sua contribuição

⁶ No caso brasileiro, tanto o modelo federalista centralizador quanto os efeitos da globalização são contribuintes para o desenvolvimento de ações paradiplomáticas, levados a cabo por entes governamentais e não governamentais.

para que haja maior harmonia de interesses e melhores resultados condizentes com suas reais necessidades. Esses novos atores trazem, igualmente, novas demandas, produzem resistências, contestam, contribuindo, assim, para a renovação do campo das conflitualidades na política mundial contemporânea. Uma importante contribuição teórica pode ser conferida no Dossiê⁷ elaborado por Milani (2006).

Pode-se afirmar, portanto, que o fenômeno da globalização constitui um dos marcos internacionais da projeção exterior subestatal, e é nesse ambiente que desponta o estudo da Paradiplomacia (CASTELO BRANCO, 2008, p.50).

Há relatos de autores como Castelo Branco (2008), que dão conta de distanciamentos, choques de ações e perdas de boas oportunidades dos atores internacionais justamente pela falta de conhecimento e coordenação de suas ações. Com o aprofundamento do estudo sobre o tema e com sua respectiva sistematização, entes subnacionais e outros atores que exercem a paradiplomacia encontram novas bases para exercerem ações paradiplomáticas de maneira mais qualificada.

Experiências em curso indicam que um bom caminho a percorrer, comprovadamente eficaz, é o fortalecimento e a constituição de redes compostas por esses novos atores internacionais, nas quais eles podem dispor de informações, aumentando sua interação, desenvolvendo contatos e adquirindo conhecimento de outras realidades com propósitos semelhantes aos seus. De acordo com Ribeiro (2008, p. 173): “as redes propiciam uma grande articulação dos seus integrantes bem como uma identificação de soluções diversas para os distintos gargalos vivenciados pelas instâncias subnacionais”. Dessa forma, é possível obter melhorias relevantes no desenvolvimento de suas ações paradiplomáticas.

Por se tratar de fenômeno ainda pouco conhecido, os estudos sobre paradiplomacia se encontram em processo de aprofundamento, tanto no Brasil quanto no exterior. Alguns analistas e estudiosos, como Castelo Branco (2008) e Oliveira (2007), em razão do pouco conhecimento sobre os desdobramentos possíveis dessa nova forma de atuação internacional, demonstram certo receio, no sentido de que alguns entes subnacionais poderiam se valer dessa novidade e querer levar adiante projetos separatistas. No

⁷ “Globalização e contestação política na ordem mundial contemporânea”. Caderno CRH, nº 48, Set./Dez. 2006.

entanto, esse temor tende a não proceder, como revelam pesquisas recentes, pois a motivação principal da atuação paradiplomática não diz respeito à separação entre ente central e demais unidades subnacionais. Nesse caso o fenômeno em destaque é conhecido como protodiplomacia, termo batizado por Duchacek (1999, apud RIBEIRO, 2008, p. 84), que significa: “a política de um estado subnacional com objetivos político-separatistas, procurando empreender uma secessão”. Ressaltando, que outros autores também reconhecem a protodiplomacia nesse mesmo sentido, a exemplo de Paquim (2004, apud RIBEIRO, 2008, p. 89): “já na protodiplomacia, o objetivo das ações internacionais seria obter a independência e o estatuto de soberano”. De acordo com Débora Barros Leal Farias, apud Castelo Branco⁸ “o acirramento de conflitos internos ou o desmantelamento do país é, sem dúvida, o tipo de consequência menos provável”. Portanto, o que revelam os estudos é que a paradiplomacia não resulta de demandas separatistas e autonomistas, salvo em casos precisos (Quebec no Canadá, comunidades autônomas na Espanha, por exemplo). O que o movimento, majoritariamente, pretende é superar as falhas existentes na condução da política externa que concentra poderes apenas nas mãos dos Estados nacionais, tirando das unidades subnacionais a oportunidade de figurar entre os atores internacionais que contribuem com alternativas à agenda dos temas contemporâneos.

Segundo autores como Paquim (2004, apud RIBEIRO, 2008, p. 77) os objetivos das ações paradiplomáticas podem ser sintetizados em: proporcionar autonomia de ação e decisão aos seus atores, suprir o espaço vazio deixado pelo ente nacional em relação a pontos específicos e, favorecer o desenvolvimento, através do acesso a financiamentos, tecnologia, dentre outros. Não esquecendo que ao ente central continua reservada a prerrogativa da condução nuclear das relações internacionais do Estado nacional, porém essa constatação não elimina a ação dos entes não centrais, haja vista que uma ação conjunta e integrada de vários setores da sociedade possibilita o alcance de melhor proveito para todos os envolvidos.

No enfoque de benefícios da atuação paradiplomática, Kincaid (1990, apud RIBEIRO, 2008) argumenta que as duas principais vantagens do envolvimento internacional das unidades subnacionais são o aporte de benefícios econômicos, [...], e o fortalecimento da democracia e do sistema federal, vez que o processo

⁸ Op. cit, p.59.

decisório das diretrizes da política externa seria beneficiado pela ampliação da participação das forças econômicas e sociais, que em geral são mais bem compreendidas e articuladas no plano local e não no nacional (RIBEIRO, 2008, p. 75).

É importante ressaltar que no ordenamento jurídico nacional, atualmente, não existe previsão de consentimento para realizar ações paradiplomáticas, como verifica Castelo Branco⁹: “não há competências predefinidas, nem existe reconhecimento legal para atuações internacionais”. Ainda que tenha havido, recentemente, propostas tanto de alteração constitucional como de criação de legislação específica, as mesmas não lograram êxito, conforme salienta Castelo Branco¹⁰. Apesar dessa falta de abrigo legal no cenário brasileiro, seus protagonistas continuam a realizar ações paradiplomáticas. Mesmo não amparados por uma previsão legal, no cotidiano verifica-se a legitimidade dessa prática como mecanismo para superar limitações de várias ordens nos campos da política, econômica, cultura, dentre outras. Entretanto, essa falta de amparo legal, não impediu a eclosão da paradiplomacia, e ainda provocou a estrutura política vigente no sentido de se manifestar reconhecendo o fenômeno.

Essa intensa atuação paradiplomática dos Estados federados repercutiu no ente central, razão pela qual pode ser claramente identificada a preocupação do Ministério das Relações Exteriores em se adequar a essa nova situação. [...] objetivo de incentivar a aproximação do ente central com os Estados federados e municípios (CASTELO BRANCO, 2008, p. 92).

A realidade contemporânea das ações paradiplomáticas tem provocado mudança de comportamento de instituições de âmbito global, fazendo com que haja a aceitação de suas práticas – o que contribui para a legitimidade do fenômeno. É o caso das agências e programas do sistema ONU, que segundo RIBEIRO (2008, p. 118) reconhecem os governos subnacionais como atores internacionais.

É evidente que um fenômeno como a paradiplomacia não se firma no cenário das relações internacionais de maneira completamente harmoniosa. Nem todos os governos centrais aceitam essa intervenção realizada pelos entes não centrais. No entanto, esses mesmos governos centrais reconhecem, ainda que não admitam publicamente, que não são capazes de responder a todos os problemas contemporâneos que exigem uma atuação de pronto atendimento. A importância da paradiplomacia reside em uma atuação

⁹ Op. cit, p. 100.

¹⁰ Op. cit, p. 113.

no sentido de que os referidos problemas não venham a se tornar de mais difícil solução. Tal argumentação é confirmada a seguir:

[...] os Estados centrais não vêm com bons olhos a perda progressiva de soberania exclusiva em matéria de política externa e a ação internacional das regiões pode ser vista como um atentado à soberania nacional e à integridade territorial. [...], o Estado central é consciente de que sua política estrangeira lhe escapa cada vez mais com os diversos fenômenos da mundialização, da internacionalização e da segmentação crescente das suas atividades, das burocracias e das redes profissionais, não obstante a complexidade e os riscos percebidos pelos governos centrais, a paradiplomacia pode lhes ser muito útil para, além de tornar mais operacional a política estrangeira do país (RIBEIRO, 2008, p. 77).

Por conta da multiplicidade de atores e contextos sociais e políticos nos quais a paradiplomacia ocorre, podem existir situações extremas. De um lado, tem-se o exemplo da Venezuela, onde conforme relata Castelo Branco (2008), há uma proibição expressa aos entes subnacionais quanto à atuação nas relações internacionais, do outro lado o exemplo da Bélgica, que, ainda de acordo com Ribeiro (2008, p. 76), com base na própria Constituição, são assegurados aos entes subnacionais amplos poderes para atuação no plano exterior, chegando a haver momentos em que: “[...] o papel das entidades subnacionais eclipsa o papel do governo central”. Esse modelo da Bélgica pode servir de inspiração para fomentar a prática da paradiplomacia em outros Estados federados. É evidente que a realidade política e social local influencia diretamente a maneira como pode ser conduzida a paradiplomacia:

Ao analisar os resultados consolidados até o momento, é difícil antecipar e prever um eventual retrocesso do fenômeno paradiplomático. Principalmente, por conta da facilidade de acesso a pessoas e organizações em qualquer parte do mundo. Não parece razoável que o caminho trilhado na busca da inserção internacional seja abandonado pelas entidades subnacionais, ainda que haja registros, como relata Ribeiro (2008, p. 75) de entidades que, após instituírem sua representação internacional, voltaram atrás e não deram continuidade a suas ações. Por isso, torna-se imprescindível a valorização do fenômeno e a assistência dos meios acadêmicos para que essas relações e transações aconteçam de maneira organizada e equilibrada para todos os atores envolvidos, uma vez que a inserção internacional realizada de maneira bem estruturada facilita a condução continuada das atividades paradiplomáticas.

1. CONCEITOS E USOS DO TERMO

Fenômeno de repercussão mundial, com diversas interpretações e que tem servido a uma gama de interesses, a paradiplomacia permite uma pluralidade de olhares, comportando classificações elásticas. Na sua expressão podem ser percebidos aspectos positivos e negativos. Não se está diante de um fenômeno novo, haja vista a constatação de registros de sua ocorrência ao longo da história, inclusive no Brasil. O que desperta o interesse é o fato de ser incipiente a atenção dispensada pelos meios acadêmicos, tanto nacionais como internacionais.

Ainda que atualmente seja vista como “novidade”, a ação paradiplomática já foi registrada no Brasil em determinados momentos históricos:

Alguns antecedentes das atividades paradiplomáticas no Brasil podem ser também identificados em situações pontuais da história, como durante o Império, nas questões migratórias, e na República Velha, com a obtenção de financiamentos e investimentos diretos pelos Estados. (CASTELO BRANCO, 2008, p. 85).

Sua principal característica é a atuação das unidades subnacionais no cenário mundial de forma autônoma em relação ao Estado-nação. É efetivada por uma pluralidade de atores sociais, ainda que haja prevalência de unidades subnacionais, como Estados, Municípios, Províncias e outros. Sua agenda é diversificada e envolve temas como: meio ambiente; cultura; direitos humanos; interesses comerciais e econômicos, dentre outros. Portanto, a paradiplomacia não se encontra circunscrita à ação de entes governamentais, sejam eles nacionais ou subnacionais. Alguns autores como Oliveira (2007) e Castelo Branco (2008) utilizam o termo para referir-se à atuação muito intensa de entidades com variados perfis de atuação como organizações não-governamentais, grupos políticos, indivíduos, universidades, organizações que atuam em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, possibilitando uma variedade de alternativas de ação desses múltiplos atores internacionais.

Castelo Branco (2008) ressalta que a inserção internacional das cidades se deu em momento posterior a dos Estados e regiões. Por sua vez, Ribeiro (2008) analisa que as

ferramentas utilizadas pelos governos locais apresentam alguns pontos de diferença com os governos regionais, apesar de haver algumas práticas que são aplicadas pelas duas unidades não centrais como é o caso do irmanamento¹¹ de cidades e também de regiões.

Um dos melhores conceitos, na visão de diversos autores que tratam do tema em foco, encontrados na literatura é o de que descreve a paradiplomacia como:

[...] o envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais, mediante o estabelecimento de contratos permanentes e *ad hoc*, com entidades públicas ou privadas estrangeiras, com o objetivo de promoção socioeconômica e cultural, bem como de qualquer outra dimensão exterior nos limites de sua competência constitucional (NOÉ CORNAGO PRIETO, 2004, apud CASTELO BRANCO, 2008, p. 58).

A partir da década de 1990, conformou-se um momento propício à atuação das unidades subnacionais no panorama das relações internacionais. Esse momento coincide em dada medida com certo afastamento do Estado-nação da condução monopolizadora das políticas e negócios nacionais, haja vista as corporações transnacionais estarem tão presentes no palco mundial e ditarem em muitas situações as regras do jogo. Esse distanciamento do Estado nacional é justamente, como já visto anteriormente, o que propicia espaço para ações paradiplomáticas. Trata-se de um período marcado pelos anos pós-Guerra Fria, com o colapso da União Soviética e a propalada ideologia do fim da história e do Estado mínimo. Restaria à maioria das nações a busca por uma adequação a essa conjuntura como forma de se manter ou de exercer uma competitividade no panorama mundial. Dentre os motivos dessa atuação exterior de entidades subnacionais está o fato de que é na cidade, na unidade subnacional, que os eventos cotidianos acontecem e onde mais se podem perceber os reflexos das ações ou falta de ação governamental, na forma de políticas públicas que visem ao desenvolvimento dessas localidades.

¹¹ Os irmanamentos são acordos de cooperação mútua entre cidades e/ou regiões orientados a promover ações e projetos nas áreas de gestão urbana como cultura, desenvolvimento econômico local, serviços públicos e políticas sociais. Estes acordos levam ao estabelecimento e intercâmbio cultural, partilha de *know how* (conhecimento técnico), ensino (estudantes) e políticas empresariais entre outras atividades.

Fonte: http://www.secri.salvador.ba.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=40. Acesso em: 23 Jun. 2009

A paradiplomacia é vista [...] como fator de anomia no sistema internacional atual. Ele lembra que a capacidade do Estado de tomar decisões obrigatórias para o conjunto da população de um país parece estar colocada seriamente em questão pela paradiplomacia (PAQUIN, 2004, apud RIBEIRO, 2008, p. 76).

Entre as principais motivações para uma ação paradiplomática encontram-se as de apelo econômico, político e cultural, com predominância da questão econômica, e em menor grau a política. Essa especificidade pode ser facilmente compreendida quando se analisa que essas áreas sofreram um processo de negligência por muitos governos nacionais, bem como tiveram forte influência do fenômeno da globalização, o que abriu uma brecha para que outros atores procurassem intervir nesses pontos-chave de interesse regional e nacional.

[...] verifica-se um certo consenso nos estudos de Duchacek (1990), Keating (2004) e Paquin (2004) sobre as motivações das entidades subnacionais para sua inserção no ambiente internacional. Duchacek (1990) analisa estas motivações com base em três únicas vertentes, [...], elas são predominantemente técnicas e econômicas, e apenas parcialmente políticas, exceto no caso de unidades subnacionais com caráter secessionista. Na mesma linha de Duchacek, [...], Keating (2004) identifica motivações econômicas e políticas, além de culturais para as regiões lançarem-se na arena internacional. Por sua vez, Paquin (2004), [...] adota subliminarmente como critério de categorização a própria motivação central da ação paradiplomática, o que o coloca na mesma linha de pensamento de Keating (2004) (RIBEIRO, 2008, p. 96).

As experiências de paradiplomacia evidenciam, em muitos casos, situações assimétricas na inserção internacional dos atores envolvidos. É comum verificar que grandes cidades e regiões alcançam melhores resultados em suas investidas ao exterior, ao passo que as cidades e regiões que já enfrentam problemas de desenvolvimento no seu próprio território nacional veem agravado seu processo de exclusão das discussões e instâncias decisórias que poderiam proporcionar-lhes melhores condições de vida e desenvolvimento local. Esse fato se verifica talvez por conta do caráter experimental com que muitas ações paradiplomáticas são realizadas, as quais agem muitas vezes com base em erros e acertos na busca de uma consolidação dessa prática.

Deve-se levar em consideração que as entidades subnacionais ao praticarem ações paradiplomáticas não têm o reconhecimento do Direito Internacional, o qual só admite como competentes para uma atuação no cenário mundial os Estados-nação e as Organizações Internacionais. Também em muitos países essas ações não contam com

reconhecimento de seu próprio ordenamento jurídico. É o caso, por exemplo, do Brasil, que não reconhece em suas leis a possibilidade de investidas exteriores de suas unidades subnacionais, apesar de existir uma aceitação tácita, pois não se conhecem casos de contestação nas vias judiciais da atuação internacional de Estados e Municípios brasileiros. Mesmo porque, o que se constata é um processo gradativo de institucionalização nessas unidades de governo, a exemplo da implantação de Assessorias, Secretarias, Coordenadorias e outros órgãos da estrutura governamental que têm o objetivo de efetivar essas atividades internacionais. Ainda que não sejam reconhecidas pelo Direito Internacional e pelas leis nacionais, os relacionamentos internacionais não param por conta disso. Logo, se faz necessária uma revisão dessa concessão jurídica, diante de um fato incontestável e que tem proporcionado melhorias significativas a essas unidades subnacionais.

Entretanto, é importante registrar que essas investidas em termos de política exterior nem sempre são coroadas de êxitos. Pode haver casos de choque de interesses, bem como várias ações paralelas dessas unidades não centrais buscando alcançar o mesmo objetivo, só que em frentes de atuação diferenciadas. Essa circunstância enfraquece as possibilidades de resultados favoráveis aos envolvidos por falta de uma cooperação anterior à saída ao exterior, pois evidencia uma desarticulação dos atores subnacionais, que tendem a buscar vantagens próprias em detrimento dos interesses gerais, criando uma espécie de individualismo que pode ser prejudicial a todos no futuro. Por conta disso, percebe-se como imprescindível uma atuação em redes que terá a incumbência de estabelecer uma agenda mínima entre os interessados e evitará desperdícios de tempo e boas oportunidades.

A intenção de uma ação paradiplomática não é a de se sobrepor ao Estado-nação, já que este tem seu protagonismo reconhecido e respeitado, ainda que haja contestações quanto à sua efetividade e eficiência na condução dos destinos nacionais. O que se busca é uma opção alternativa que possibilite equilibrar as forças e influências entre unidades nacionais e subnacionais, nas esferas política e econômica. A especificidade da paradiplomacia consiste em uma atuação mais delimitada, buscando aproveitar oportunidades no cenário mundial, diferentemente da ação do ente nacional que procura atuar com base em uma visão mais ampliada da sociedade nacional e internacional, com

vista a garantir a segurança e o desenvolvimento nacionais. Por isso, não convém que exista uma competitividade entre esses entes governamentais, pelo contrário, como defende Ribeiro (2008), o mais adequado é que haja harmonia e cooperação entre os interesses para que os benefícios alcançados possam se estender a mais pessoas e organizações no cenário nacional.

Em face da pouca maturidade dos estudos sobre a temática em questão, há registros de certas divergências no pensamento de alguns autores. A denominação de paradiplomacia às vezes é contestada, outras vezes sofre um processo de ampliação de visão do fenômeno, havendo registro de acréscimo em sua abrangência bem como criação de nomenclaturas decorrentes. Tudo isso, porém, serve para reforçar a importância do fenômeno e demonstrar que o mesmo carece de mais estudos e reflexões para ser mais bem compreendido.

[...] Entre autores que contestam o conceito de paradiplomacia encontra-se Brian Hocking (2000) [...] para o qual os conceitos de paradiplomacia e de protodiplomacia foram criados para reforçar os elementos de conflituosidade existentes entre o governo nacional e os governos subestatais, o que na sua visão seria um erro, vez que existem imperativos de cooperação entre as duas esferas de governo, ainda que também existam tensões junto ao centro, já que os níveis subnacional, nacional e internacional estão entrelaçados muitas vezes com interesses distintos (RIBEIRO, 2008, p. 74).

Dentre os exemplos brasileiros de ações paradiplomáticas merecem destaque os casos das cidades de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Na seqüência serão apresentados os pontos característicos de cada uma dessas experiências, com base em Rodrigues (2004).

1. Curitiba. Tida como vitrine do Brasil ambientalmente correto. São muitos os exemplos que trazem Curitiba como caso de sucesso de políticas públicas eficientes na questão ambiental. Detém o título de cidade sustentável. Exporta para o mundo exemplos de “*best practices*” na esfera ambiental. Por conta dessa especificidade, alcançou reputação internacional que lhe permite uma atuação em nível de assessoria e prestação de consultoria internacional.
2. Porto Alegre. Apresenta alguns traços semelhantes à cidade de Curitiba. É detentora também de um processo continuado de implementação de políticas públicas, numa proposta que extrapola a questão-limite de tempo de mandato do governo local. Igualmente é referência em “*best practices*” de poder local com a

implementação do Orçamento Participativo. Por ter sediado um evento internacional tão relevante como o 1º Fórum Social Mundial, no ano de 2001, teve uma inserção em grande estilo no circuito cidades-sede de eventos internacionais.

3. São Paulo. Detém um histórico consolidado de grande centro econômico, financeiro e comercial da América do Sul. Serve de porta de entrada para imigrantes de várias partes do mundo e do Brasil, com o estabelecimento de verdadeiras colônias de outras nacionalidades e regiões brasileiras, a exemplo das comunidades japonesa, italiana, árabe e nordestina. O governo local fomentou atuações externas ao criar instituições para estabelecer relações internacionais como é o caso da Secretaria de Negócios Extraordinários, no governo da prefeita Luiza Erundina, e da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, na gestão Marta Suplicy. Possui uma inserção internacional baseada na divulgação de práticas inovadoras de políticas públicas de efetividade comprovada, o que lhe permite uma grande visibilidade internacional. Tem como característica atuações independentes da exercida pelo governo federal, gerando em alguns momentos, casos de choque de interesses, quando governos local e federal não são representantes da mesma bandeira partidária.

Com base nos três exemplos supra citados percebe-se que existem certas especificidades do fenômeno da paradiplomacia, no caso a governamental, que se repetem, a exemplo da exportação de práticas eficientes de políticas públicas que respondam adequadamente a necessidades locais e que podem ser reproduzidas em realidades semelhantes ao redor do mundo. Entretanto, a paradiplomacia não diz respeito apenas à área governamental, os diversos atores que a praticam estão presentes em variados segmentos da sociedade. Não existe um prévio credenciamento para efetivar uma inserção internacional, apenas o que se percebe, é que, quando surge um interesse que repercute em outro lugar do mundo, está caracterizada uma possibilidade de ação paradiplomática.

3.2 O SENTIDO DA PARADIPLOMACIA NESTA MONOGRAFIA

A definição de trabalho que norteará este estudo, elaborada com base em revisão da literatura antes registrada, reconhece o fenômeno da paradiplomacia como: “um mecanismo de inserção internacional do qual se valem entes governamentais (entidades subnacionais/governo não-central), organizações não governamentais, bem como indivíduos e associações, dentre outros atores internacionais, visando a superar a carência provocada pela falta de atuação do ente central [Estado nacional] na condução da política externa. A atuação desses atores, conforme registro de autores como: Castelo Branco (2008) e Ribeiro (2008), está distribuída nas várias áreas de interesses que lhes dizem mais respeito, tais como: economia; cultura; meio ambiente, dentre outros”.

A realidade tem demonstrado que os entes subnacionais conseguem, em muitos casos, dar respostas mais rápidas e precisas a determinadas situações, uma vez que seu processo decisório tende a ser menos burocrático que o do ente central, essa é mais uma das vantagens da paradiplomacia. De acordo com Ribeiro (2008, p. 83, apud Paquin, 2004): “apesar da assimetria dos casos, as entidades subnacionais dispõem de manobras e de recursos de ordem considerável nas suas ações internacionais”.

Os entes subnacionais que se lançam no movimento de inserção internacional, através da paradiplomacia, não se propõem a suplantam o papel da diplomacia estatal convencional, haja vista sua própria especificidade. O que se busca é acessar outras formas de negociação e relacionamento entre instituições e indivíduos, para além do governo central. Em muitas circunstâncias, conforme afirma Oliveira (2007, p. 37) a paradiplomacia pode responder de maneira menos onerosa para o ente central e com propostas e soluções mais rápidas, o que favorece a resolução de problemas que afligem as entidades subnacionais que, caso precisassem esperar pelas vias tradicionais de solução de problemas, poderiam incorrer no perigo de ver suas demandas aumentarem de complexidade.

Por conta da extensão territorial do Brasil e em consequência do grande número de atores internacionais, reais e potenciais, faz-se necessário lançar um olhar mais atencioso sobre o fenômeno da paradiplomacia. O ente central não tem conseguido responder a

todas as demandas da sociedade civil e por conta dessa ineficiência, a sociedade tem buscado, por meios próprios, a supressão dessa carência. É preciso achar o equilíbrio nessa relação. Sabe-se que, nos moldes tradicionais, o ente central responde pelas relações exteriores, porém não consegue abarcar todas as possibilidades, restando com isso, muitos espaços nos quais a paradiplomacia propicia vasto campo de atuação internacional. É justamente essa divisão de “competências” que deve ficar mais esclarecida, pois desta forma os envolvidos (ente central e não central) obterão desempenho mais qualificado nas suas ações.

A proposta de estudar o fenômeno da Paradiplomacia surge a partir do momento que se percebe a extensão e a riqueza potencial deste campo de pesquisa, com suas inúmeras possibilidades, e por outro lado, o tão pequeno número de pesquisas e estudos acadêmicos focados nessa temática.

Como se trata de um fenômeno relativamente recente em escala global, o estudo da participação dos entes não centrais nas relações internacionais é ainda incipiente, tanto na doutrina e meios acadêmicos nacionais quanto internacionais (CASTELO BRANCO, 2008, p. 55).

O pouco conhecimento e, conseqüente pequena divulgação das ações paradiplomáticas possibilitam ao pesquisador interessado no tema aprofundar os estudos e percorrer um caminho no qual ele poderá registrar sua contribuição, trazendo como benefício a divulgação e socialização do fenômeno. Com isso, poderá ocorrer tanto o despertar de interesse para atuar, por parte daqueles que ainda não o fazem, como por outro lado, aqueles que já praticam ações paradiplomáticas terão embasamento teórico para sustentar e aprofundar suas atividades, contando com isso com os trabalhos acadêmicos sobre o tema.

A Academia tem como papel social contribuir para analisar criticamente e disseminar informações sobre as práticas paradiplomáticas, aprofundando o seu conhecimento sobre esses novos atores e suas formas de atuação internacional. Com isso vai se dar mais visibilidade tanto ao fenômeno quanto aos entes subnacionais ou não governamentais praticantes dessa forma de inserção internacional contemporânea.

A importância do estreitamento desse vínculo entre Academia e atores internacionais que praticam a paradiplomacia está justamente na carência percebida atualmente quando se procura saber quais são e como se processam as parcerias estabelecidas por essas organizações. De acordo com Ribeiro (2008) a relação [com a Academia é] apontada como frágil na maioria dos casos. Na seqüência de sua dissertação a referida autora afirma que: “a inexistência de relação com a universidade ou a sua incipiência mostrou-se presente em quase 40% dos órgãos pesquisados”. Esses dados mostram uma realidade preocupante, pois está se falando de um campo de atuação extraordinário para a Academia, que poderá estar perdendo boa oportunidade de aumentar sua participação num fenômeno social tão relevante.

Outra possibilidade de contribuição da Academia diz respeito à orientação para elaboração e implementação de políticas públicas que levem em conta a verdadeira necessidade de quem será beneficiado. Dessa forma, as organizações que praticam a paradiplomacia terão na Academia mais um parceiro onde poderão acessar material de apoio para suas ações bem como pessoal com conhecimento especializado na temática.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 106) o estudo da paradiplomacia poderá contribuir para instrumentalizar os governos locais e regionais, bem como organizações não governamentais, com o propósito de facilitar sua inserção internacional, ao acompanhar exemplos como o da Califórnia que disponibiliza um banco de dados com informações sobre instituições internacionais, oportunidades de ação exterior, dentre outras. As instituições que praticam a paradiplomacia terão à sua disposição melhores recursos e informações e poderão obter melhores resultados nas suas inserções internacionais.

A partir da observação desse novo cenário internacional, onde é nítido o aumento das conexões econômicas e internacionais entre entes não centrais, o estudo da paradiplomacia constitui importante passo para dar afirmação e legitimidade a essa nova realidade (CASTELO BRANCO, 2008, p. 119).

Portanto, constata-se a existência de um universo com muito a ser estudado e muito a receber de contribuição por parte da Academia. É um momento propício a essa atuação, devendo ser bem aproveitado por estudantes e pesquisadores. A disciplina de relações internacionais vive um momento de efervescência em termos de novas ações e novos

atores. O mundo está num momento de intensidade nas trocas de variadas espécies tais como: econômicas, sociais e culturais. A universidade não pode perder “o bonde da história” e ficar numa posição secundária, deixando de aproveitar um momento no qual ela poderá contribuir e até mesmo efetivar ajustes em termos de divulgação do tema da paradiplomacia e afirmação de sua legitimidade como mecanismo de inserção internacional.

A educação e a cultura foram os campos escolhidos como temas-foco neste trabalho por representarem movimentos sociais que apresentam grande nível de sensibilidade e capacidade de produzir e reproduzir influências internacionais. Constata-se esse fato ao observar as diferenças flagrantes em localidades que tiveram influências de povos distintos na sua constituição e o intercâmbio que sobrevive ao longo do tempo. São igualmente campos nos quais intervenções (governamentais ou não governamentais) bem direcionadas tendem a dar resultados significativos, provocando alterações importantes no seio da sociedade. Na trajetória da história brasileira é pacífico o entendimento de que o Nordeste apresenta níveis deficitários em termos de qualidade em educação, apesar de ter uma riqueza indiscutível em termos culturais. O Estado da Bahia e o município de Salvador representam bem esse panorama, esse seria mais um motivo para justificar a escolha pelos segmentos da educação e da cultura soteropolitanas.

Os meios de comunicações atuais, especialmente a *internet*, facilitam de maneira extraordinária os diversos tipos de intercâmbios em termos cultural e educacional. Muitas das organizações que atuam nessas duas áreas tiveram sua criação a partir de experiências de organizações externas ou foram inspiradas por organizações similares em outras partes do mundo. Tanto que, ainda hoje, essa ligação é mantida e reafirmada através de ações conjuntas ou através de colaboração mútua.

Salvador é considerada um celeiro cultural por excelência, a própria criação da cidade é fruto da convergência e contribuição de povos de várias partes do mundo. As experiências em termos da cultura e educação compartilhadas com outras regiões do mundo merecem ser estudadas a fim de se tomar conhecimento do nível de influência

que a cidade recebe e o quanto ela, por sua vez, tem influenciado outras cidades a partir de suas práticas educacionais e culturais.

4. AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS EM SALVADOR NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

A revisão bibliográfica empreendida para orientar esta pesquisa deu conta de que existe, em diversas partes do mundo, um movimento de paradiplomacia que, dia a dia, avança por diversos setores da sociedade civil, além dos governos subnacionais. O trabalho aqui apresentado, a partir desse momento, busca analisar exemplos práticos de ações paradiplomáticas que estejam ocorrendo na cidade de Salvador, particularmente nos campos da cultura e da educação.

Um rápido levantamento dá conta de que existem inúmeras instituições locais que atuam internacionalmente em Salvador; entretanto, não seria possível abarcar o universo de todas as organizações locais que desenvolvem ações paradiplomáticas. Portanto, não se pretende neste trabalho esgotar esse campo de pesquisa tão vasto. Na verdade, foram escolhidas quatro organizações para serem entrevistadas e terem aqui apresentados os trabalhos por elas realizados, juntamente com uma análise mais aprofundada de seus meios e modos de atuação nos campos da educação e da cultura.

Isso porque, como já mencionado anteriormente, as áreas de educação e cultura são, no caso da capital baiana, das mais sensíveis ao contato com o mundo estrangeiro, em razão de suas particularidades, das mesclas e mestiçagens engendradas em solo soteropolitano. Sendo Salvador uma cidade que tem no seu processo histórico de criação a participação efetiva de comunidades de distintas origens (Portugal, continente africano, Galícia, entre outras regiões), e que apresenta e desenvolve uma disposição para a área do turismo, esses fatores contribuem para que o convívio e o intercâmbio com pessoas e culturas diversas ocorram com frequência acentuada na capital baiana. Salvador busca desenvolver, mais no campo da cultura e talvez menos no da educação, uma espécie de

vocação para o intercâmbio: a cultura neste caso remete-nos ao Carnaval, aos grupos de afoché, à religião do Candomblé, à negritude, entre outros aspectos.

4.1 INSTITUIÇÕES LOCAIS COM ATUAÇÃO PARADIPLOMÁTICA: MAIS ALÉM DA SECRI

Sendo Salvador uma cidade com população de quase 3 milhões de habitantes¹², muitas delas estabelecendo relações com pessoas e instituições de diversas partes do mundo, é muito compreensível que um número considerável de organizações locais se proponham a atuar no âmbito das relações internacionais. Esse relacionamento com entes estrangeiros não se restringe apenas aos órgãos governamentais, como a Secri ou outros organismos municipais. Ele é extensível a organizações da sociedade civil e indivíduos, que a partir dessa interrelação reforçam a dinâmica das ações paradiplomáticas locais. A inserção internacional efetivada por essas organizações tem como elemento motivador, na maioria das vezes, a busca por recursos que possibilitem desenvolver suas atividades. Segundo dados da Secri¹³: "O Município de Salvador integra, dentre outras organizações, o Mercado Comum de Cidades (Mercocidades) e a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas. Além de irmãs, Salvador também possui cidades e regiões parceiras, com as quais mantém um estreito relacionamento". Esse relacionamento entre a cidade de Salvador e outras partes do mundo pode ser exemplificado a partir dos acordos de irmanamento que a cidade vem estabelecendo há décadas, como demonstrado no quadro abaixo.

Qtde.	Cidades-irmãs	País	Ano
1	Angra do Heroísmo	Portugal	1985
2	Cascais	Portugal	1985
3	Cotonou	Benin	1987
4	Harbin	China	2003
5	Havana	Cuba	1993

¹²

Fonte:

http://www.secom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14651&Itemid=82.

Acesso em: 12 Abr. 2009.

¹³ http://www.secri.salvador.ba.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=40. Acesso em: 23 Jun. 2009

6	Lisboa	Portugal	1995
7	Los Angeles	Estados Unidos	1962
8	Pontevedra	Espanha	1992
9	Sciacca Terme	Itália	2001

Quadro 4.1: Cidades-irmãs de Salvador

Fonte: http://www.secri.salvador.ba.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=40. Acesso em: 23 Jun. 2009

Com base nesse argumento e tendo em vista o fato de que já fora realizado um trabalho aprofundado¹⁴ sobre a atuação da SECRI – Secretaria Municipal de Relações Internacionais, decidiu-se então pesquisar instituições outras, para além da Secri¹⁵. Isso também se deve à constatação de que a inexistência formal de uma secretaria ou um órgão administrativo não impede o surgimento e o desenvolvimento de ações paradiplomáticas; nem tampouco a existência de um órgão com função específica garante o monopólio do exercício da paradiplomacia no município. Outros atores [também do campo não-estatal] atuam neste ambiente complexo e em constante transformação que é a paradiplomacia municipal.

Portanto, a fim de realizar a pesquisa que embasa este trabalho, foram selecionadas quatro organizações locais que desenvolvem ações nas áreas de educação e cultura e mantêm relações institucionais com instituições internacionais. As escolhas se deram a partir de motivações diferenciadas. Algumas foram o resultado do conhecimento prévio do trabalho desenvolvido pelas organizações, a exemplo do CRIA e da OAF. Outras foram o fruto de desdobramentos da própria pesquisa por meio da *internet*, como no caso da Escola Cid Passos, cujas ações internacionais estão registradas no *site* da SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultural -. Inclusive a SMEC constava inicialmente como uma das instituições a serem estudadas, porém após vários contatos, ligações telefônicas, visitas e agendamento de reuniões, não foi efetivada a entrevista que seria agregada a esta monografia. As pessoas responsáveis alegaram que os dados mais precisos sobre a atuação paradiplomática do município de Salvador são do conhecimento, e estão sob o poder da Secri na forma de relatório, que não tem cópia na própria SMEC, e

¹⁴ Ver: RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. Globalização e Novos Atores: as cidades brasileiras e o desenvolvimento da paradiplomacia. 2008, 341 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

¹⁵ Ao longo do processo de elaboração deste trabalho (2º semestre de 2008 e 1º semestre de 2009) a SECRI foi extinta, por meio da Lei nº 7.610 publicada em 30/12/2008, no Diário Oficial do Município. Passando de Secretaria Municipal a Assessoria do Gabinete do prefeito.

que por isso a referida secretaria não teria muito a contribuir com este trabalho. E, por fim, a última instituição a ser estudada resultou de uma pesquisa informal junto a colegas de trabalho sobre o conhecimento de instituições locais que atendessem aos requisitos propostos nesta pesquisa. Com isso, chegou-se ao Centro Cultural Oficina Reciclável. Portanto, as instituições estudadas neste trabalho são as seguintes: CRIA (Centro de Referência Integral do Adolescente); OAF (Organização de Auxílio Fraternal); Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Cid Passos e CCOR (Centro Cultural Oficina Reciclável).

Vale ressaltar que as instituições aqui estudadas estão distribuídas por áreas bastante diferentes na cidade. Os bairros que as abrigam são, respectivamente, o Pelourinho, Lapinha, Coutos e Calabetão, englobando, desta forma, tanto o centro da cidade como áreas de sua periferia. Suas atuações remontam há décadas atrás, dando demonstrações de que existe uma continuidade nas ações realizadas. Crianças e adolescentes correspondem ao público-alvo de praticamente todas elas.

Organização	Fundação	Localização	Área de atuação	Público-alvo
CRIA – Centro de Referência Integral do Adolescente	1994	Pelourinho – Centro Histórico	Cultura	Crianças e adolescentes
OAF – Organização de Auxílio Fraternal	1958	Lapinha – Subúrbio	Educação	Crianças e adolescentes
Escola Municipal Cid Passos	2003*	Coutos – Subúrbio	Educação	Crianças (0 a 6 anos)
CCOF – Centro Cultural Oficina Reciclável	1996	Calabetão - Subúrbio	Cultura	Crianças e adolescentes

Quadro 4.2: Organizações de Salvador que atuam internacionalmente nos campos da cultura e educação

* Neste ano passou a funcionar como Escola Municipal.

A apresentação dos resultados das entrevistas será feita numa mescla de relatos seguidos de análise, com informações cruzadas de cada instituição individualmente e quadros-sínteses na mesma ordem em que ocorreram as entrevistas, que são a base fundamental para as informações que serão aqui descritas e analisadas. A intenção é melhorar a visualização e o entendimento das informações levantadas.

Deve-se registrar que as entrevistas ocorreram num pequeno espaço de tempo de uma para a outra, em virtude da dificuldade que foi conseguir agendá-las, pois a dinâmica de funcionamento das instituições se mostrou um fator prejudicial, momentaneamente, ao desempenho desta pesquisa de campo.

Inicialmente as informações sobre as instituições foram obtidas através dos *sites* e *blogs* na *internet*, instrumentos esses que, ou eram das próprias instituições ou outros que faziam referência a seus trabalhos. Após esse primeiro momento, os contatos se deram via telefonemas e envio de e-mails nos quais era feito um breve relato da proposta desta monografia, seguido do roteiro para a entrevista, com a solicitação para que a mesma fosse concedida. O que se pretendeu nesse momento foi deixar as pessoas que iriam ser entrevistadas a par do que seria tratado. Buscou-se facilitar o conhecimento para que no momento da entrevista houvesse um menor dispêndio de tempo, em virtude do que já fora mencionado anteriormente. Ainda assim, algumas pessoas não fizeram a leitura prévia dos arquivos encaminhados e as entrevistas chegavam a durar perto de 2 horas.

É importante destacar que o fato de haver permissão por parte das pessoas entrevistadas para a utilização do aparelho gravador durante a conversa facilitou expressivamente o trabalho de resgate das informações prestadas. A indisponibilidade inicial de tempo por parte dos responsáveis pelas organizações a serem entrevistados contrasta com uma crítica que é feita corriqueiramente à Academia, quando se diz que a Academia mantém um posicionamento distanciado da sociedade. No entanto, no momento que a Academia se propõe a buscar nessa sociedade informações para a construção e disseminação de conhecimentos empíricos, com propósitos de melhorar o desempenho das organizações analisadas e da própria sociedade, há uma dificuldade em efetivar essa relação. É lamentável essa situação, pois contribui para desestimular a construção de conhecimentos empíricos. É na vivência das pessoas e organizações que se encontram os erros e acertos daquilo que a teoria preconiza na Academia. Felizmente, essa dificuldade inicial conseguiu ser superada por conta da presteza com que os responsáveis pelas organizações acolheram a proposta deste trabalho.

A primeira instituição a ser apresentada é o CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes - uma ONG fundada em 1994. As informações aqui registradas são oriundas de pesquisa inicial realizada no *blog* da instituição¹⁶ e do complemento por meio da entrevista concedida duas pessoas da organização, sendo uma delas responsável por uma das coordenações da estrutura organizacional da ONG. O CRIA tem como Missão, por meio da arte-educação e do despertar de sensibilidades, provocar nas pessoas atitudes transformadoras de si e da sociedade em que vivem, de forma coletiva e comunitária. A sede da instituição está localizada no Pelourinho, bairro situado no Centro Histórico de Salvador, tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade. O CRIA tem um orçamento de 1,2 milhão/ano. Atende a mais de 100 jovens oriundos de 24 comunidades de Salvador. São desenvolvidas atividades culturais que tem o teatro como principal ferramenta de trabalho, os jovens recebem bolsa-auxílio, transporte e ticket alimentação. Desta feita, reduz-se a evasão, a que ainda persiste é em virtude da necessidade que os jovens têm de começar a trabalhar, eles não teriam como arcar a continuidade da participação no CRIA sem esses incentivos.

O CRIA acredita na arte-educação¹⁷ como metodologia para a inclusão de aspectos lúdicos em todos os processos educativos. Democratizar o acesso e a produção em comunicação é demanda antiga dos movimentos sociais. No CRIA, o assunto é tema de produções do Ateliê de Artes Multimídia. Para o CRIA, a produção de obras audiovisuais que privilegiem as belezas e os saberes locais aliada à democratização do acesso e da

¹⁶ <http://blogdocria.blogspot.com/>. Acesso em: 12 Abr. 2009.

¹⁷ Arte-educação ou ensino de Arte é a educação que oportuniza ao indivíduo o acesso à Arte como linguagem expressiva e forma de conhecimento. A educação em arte, assim como a educação geral e plena do indivíduo, acontece na sociedade de duas formas: 1) assisticamente através dos meios de comunicação de massa e das manifestações não institucionalizadas da cultura, como as relacionadas ao folclore (entendido como manifestação viva e em mutação, não limitado apenas à preservação de tradições); e 2) sistematicamente na escola ou em outras instituições de ensino. A arte-educação tem um objetivo maior que a formação de profissionais dedicados a esta área de conhecimento, no âmbito da escola regular busca oferecer aos indivíduos condições para que compreenda o que ocorre no plano da expressão e no plano do significado ao interagir com as Artes, permitindo sua inserção social de maneira mais ampla. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabeleceu em seu artigo 26, parágrafo 2º que:

"O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". "A arte é um patrimônio cultural da humanidade, e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber" . Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 Abr. 2009

produção em comunicação devem ser prioridades na discussão sobre políticas de comunicação na Bahia. A presente organização desempenha o papel social de contribuir para despertar nos jovens o interesse pela participação em debates políticos. Sendo a política entendida, nesse contexto, como possibilidade de atuação em sociedade. O fenômeno da paradiplomacia é percebido nas interconexões que o CRIA estabelece com indivíduos e organizações sociais localizadas em outros países e continentes.

Dando prosseguimento à apresentação das organizações pesquisadas a próxima é a OAF - Organização de Auxílio Fraternal - trata-se de outra Organização Não Governamental, localizada no bairro da Lapinha, subúrbio de Salvador. Sua história começou em outubro de 1958, quando a advogada católica Dalva Matos fundou um abrigo para crianças abandonadas e mães solteiras. A OAF tem plena consciência que para transformar a sociedade não basta transformar o coração das pessoas, precisa também transformar as instituições e as estruturas que regem a vida pública. Com a entrada do padre italiano jesuíta Clodoveo Piazza, em 1986, foi inicialmente implantada uma pequena oficina que servia tanto como instrumento de aprendizagem para os jovens acolhidos pela entidade, quanto para ajudar na manutenção da mesma. A partir daí a OAF passou e vem passando por uma série de transformações. Como reconhecimento pelos serviços prestados eficientemente à sociedade a instituição já foi condecorada com diversos prêmios nacionais e internacionais¹⁸. A OAF acredita profundamente que uma sociedade mais justa, fraterna e solidária seja possível, para isso atua em diferentes atividades ainda que solidariamente interligadas entre elas. A OAF é composta de diversas unidades que desenvolvem diferentes atividades no campo da educação, no sentido mais amplo do termo, inclusive em parcerias com outras instituições. Essas unidades têm em comum um mesmo objetivo: a educação de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Buscando elaborar respostas aos desafios sociais, especialmente aqueles que envolvem processos de exclusão de crianças, adolescentes e jovens, a OAF vem ampliando sua capacidade de atendimento de tal forma, avançando em complexidade e diversidade, que hoje estrutura-se em um modelo de rede, articulada

¹⁸ Prêmio Paulo Freire, em 1998. Concedido pelo Ministério do Trabalho, pela FIESP/SESI e pela Fundação Roberto Marinho; Prêmio Sócio – Educando, em 1998. Concedido pelo ILANUD/Nações Unidas, pela ANDI, Fundação Educar DPASCHOAL e UNICEF; Prêmio CNI, em 1999. De Incentivo à Qualidade e a Produtividade, concedido pela FIEB; Classificada para o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - 2001 - pelo IPHAN.

com diversos segmentos e instituições parceiras. Seguramente que, das instituições apresentadas neste trabalho, é a que apresenta o maior leque de atividades internacionais, conforme poderá ser verificado no quadro das ações internacionais desenvolvidas pelas organizações entrevistadas.

O surgimento das ações internacionais está relacionado às necessidades que a instituição percebe para dar continuidade às suas atividades de assistência a crianças e jovens da cidade. De acordo com a responsável pelo escritório de RI, cerca de 80% das ações são resultado da necessidade. Em virtude dos muitos projetos desenvolvidos, existe um movimento de interconexão de uma ação para outra, é muito comum haver um desdobramento de atividades. Para desenvolver suas ações localmente a referida organização mantém uma forte ligação com o exterior, principalmente com a Itália, de onde se originam vários dos projetos aqui apresentados, bem como a fonte para seus financiamentos. Apesar de ter uma dinâmica internacional bastante ativa, a OAF conta com apenas uma pessoa em sua estrutura para responder pelo escritório de Relações Internacionais, aqui no Brasil, pois na Itália foi instalada uma espécie de escritório de representação com uma equipe maior, que é responsável pela captação de recursos, manutenção de contatos e divulgação dos trabalhos aqui realizados. Mesmo havendo essa dinâmica de atividades ainda assim a organização não tem uma cultura que contemple o planejamento, conforme pode ser percebido na fala da representante quando diz: “Difícilmente as ações são fruto de planejamento, apesar de que ao surgirem exigem que a instituição se estruture adequadamente para realizá-las”. O desdobramento das atividades na Itália resultou numa aproximação com o poder público local, especialmente a Prefeitura de Turim e o governo da Itália, que contribui para haver influência e participação na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação. A paradiplomacia no caso da OAF é percebida no desenvolvimento das atividades aqui e na Itália e também nesse envolvimento político. Pois, a intenção de muitas organizações da sociedade civil é poder compartilhar com o poder público na elaboração e implementação de ações políticas que consigam resolver os problemas sociais gerados por forças como a globalização.

Apesar da atuação dinâmica da instituição, no momento ela está passando por problemas econômicos. A mudança recente no governo municipal resultou numa espécie de “quebra” da instituição, ocasionando grandes perdas de convênios e também de clientela, uma vez que havia o desenvolvimento de atividades produtivas que proporcionavam a sustentabilidade de parte das ações. Isso fez com que a instituição caísse em termos de qualidade, foi preciso fechar muitos setores.

A instituição seguinte a ser apresentada é uma escola da rede municipal de educação. Trata-se do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Cid Passos, tida como referência em termos de educação infantil, está localizada no bairro de Coutos, subúrbio de Salvador. Em virtude de sua proposta pedagógica embasada na Pedagogia da Escuta tem empreendido algumas atividades internacionais, objetivando a troca de experiências e o desenvolvimento em relação às idéias educacionais da Reggio Emilia¹⁹ aplicadas na escola. Desde o ano de 2003 quando a Cid Passos se tornou uma instituição municipal vem sendo desenvolvidos estudos sobre essa temática, na busca pela excelência em educação. A instituição conta com quatro de seus professores envolvidos na realização de suas ações internacionais.

A Pedagogia da Escuta tem como marco o educador italiano Loris Malaguzzi²⁰, muito amigo do também educador brasileiro Paulo Freire. Essas idéias ao longo do tempo foram disseminadas e chegam também ao Brasil. É uma proposta que já tem um percurso 30

¹⁹ A Abordagem Reggio deriva o seu nome a partir do seu local de origem, Reggio Emilia, uma cidade situada na Emilia Romagna no Norte de Itália. Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, Loris Malaguzzi, um jovem professor e fundador deste sistema único uniu forças com os pais desta região para a prestação de cuidados infantis para crianças de tenra idade. Inicialmente inspirada pela necessidade de as mulheres regressar ao trabalho, ao longo dos últimos 50 anos, este sistema educativo tem vindo a desenvolver um único programa que captou a atenção da primeira infância educadores em todo o mundo. Fonte: http://www.reggiokids.com/about/about_approach.php.

Tradução: http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.reggiokids.com/about/about_approach.php&ei=7K8KStr_K5L0MsmQ-dYL&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Dlori%2Bmalagusi%26hl%3Dpt-BR
Acesso em: 13 Mai. 2009

²⁰ Loris Malaguzzi, (1920-1994). Pedagogo italiano, fundador de la propuesta Reggiana, dedicó su vida a la construcción de una experiencia de calidad educativa después de la Segunda Guerra Mundial. (Pedagogo italiano, fundador da proposta Reggiana, dedicou sua vida à construção de uma experiência de qualidade educativa depois da Segunda Guerra Mundial) Tradução livre da autora. Fonte: <http://www.redsolare.com/new3/>. Acesso em: 15 Mai. 2009

anos, busca estabelecer um compromisso de todos com a qualidade da educação, efetivando uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. São escolas destinadas a atender crianças de 0 a 5 anos, como a própria Cid Passos. A ida, especificamente à Reggio Emília, na Itália reflete muito uma preocupação da escola Cid Passos, enquanto um Centro Municipal de Educação Infantil, de estar cada vez mais procurando compreender a criança. “Saber que criança é essa com a qual trabalhamos”. Busca-se o aprimoramento da Cultura da Infância. O resultado da viagem é traduzido na possibilidade de aumentar os conhecimentos em torno de outras teorias e práticas educacionais que, ao serem aplicadas na escola, possibilitam melhorar a qualidade na educação e no relacionamento entre educadores e educandos. Está-se descobrindo metodologias que possibilitam que essa criança se revele enquanto ser, em processo de desenvolvimento, utilizando várias linguagens, não apenas as tradicionais leitura e escrita, mas várias outras expressões devem ser valorizadas igualmente, a exemplo das artes. No momento que a escola se propõe a adotar o pensamento da Reggio Emília como orientador de suas práticas pedagógicas, não é esquecido o contexto local em que a criança está inserida, as realidades são diferentes. Essa constatação valoriza ainda mais o intercâmbio, ao aguçar a percepção entre as similaridades e diferenças que existem entre as realidades do Brasil e de outras partes do mundo, percebe-se como a criança necessita dessa escuta, desse olhar mais atento, tanto no Brasil quanto na Argentina ou na Itália. A contribuição da Pedagogia da Escuta é justamente essa, independentemente do contexto em que a criança esteja, e sem perder de vista o contexto, a criança é única. Ela tem um potencial que deverá ser descoberto e a escola precisa estar descobrindo caminhos e estratégias que possam permitir que essas crianças se revelem, se tornem cidadãos e cidadãs. O diferencial marcante da Reggio Emília é que ela revela o sonho, a aspiração de todos educadores de uma maneira geral, na busca pela maior qualidade na educação infantil. Os seguidores desta filosofia acreditam que essa prática também ajuda a fortalecer a luta pelos direitos das crianças de uma maneira universal. Não se trata de algo restrito à Reggio Emília, Buenos Aires ou Salvador. É um movimento pela cultura e respeito pelo direito da criança, enquanto cidadã em processo. As crianças que vivenciam essa experiência começam a exercer e lutar por seus direitos desde muito cedo. Já exercem a cidadania de maneira consciente. É uma proposta inovadora, que permite estabelecer conexões com educadores de variadas partes do mundo. A paradiplomacia é

percebida justamente nessa interrelação estabelecida entre o local e o exterior, fazendo com que as questões da educação extrapolem as fronteiras nacionais. Ao favorecer a junção entre pessoas e organizações com pensamentos similares, permite uma ação em conjunto, ainda que distantes geograficamente, e promove alterações significativas em suas realidades.

Apesar de a escola valorizar a participação na elaboração de políticas públicas, constatação feita na viagem à Itália, e avaliado como muito positivo, aqui não foi percebido esse interesse. Na fala dos professores não aparece o desejo de realizar uma participação política efetiva, comportamento diferente do percebido na OAF, onde o estreitamento da relação com o poder público é visto como indispensável para melhorar as atividades desenvolvidas pela instituição.

Por fim, a última instituição a ser apresentada, porém não menos importante, é o Centro Cultural Oficina Reciclável – CCOR -. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1996, um projeto que já vem sendo desenvolvido há cerca de 13 anos na comunidade da Calabetão, também no subúrbio de Salvador. Atende hoje a 86 crianças na faixa etária de 5 a 17 anos. O Centro Cultural foi criado por Valtércio Sancis, artista plástico que morava e trabalhava no Pelourinho, em virtude de sua sensibilidade social ele se propôs a desenvolver uma atividade com meninos que constantemente estavam no Centro Histórico, ora medigando, ora praticando pequenos delitos. Essa realidade o incomodava e a maneira que encontrou para resolver essa situação foi procurando envolver essas crianças em atividades culturais, desenvolvidas em seu próprio ateliê de trabalho. O objetivo era permitir que as crianças pudessem participar de oficinas educativas e atividades artísticas e culturais. O projeto começou a ser desenvolvido no Pelourinho, local de trabalho e moradia do seu fundador. Ao longo do tempo ele percebeu que estava havendo um número grande de ausências das crianças às oficinas culturais que ele promovia. Ao buscar saber o motivo, lhe foi informado que era em virtude da falta de condições financeiras de arcar com os custos do transporte, 3 vezes por semana, para o centro da cidade. Nesse momento ele já tinha conhecimento que a maioria dos seus 25 “alunos” provinha da comunidade de Calabetão, por conta disso ele resolveu que ao invés

de finalizar as atividades, elas seriam transferidas para o local de origem das crianças e adolescentes.

Em virtude do falecimento do seu fundador, hoje o Centro é dirigido por uma italiana, Oak Marika, graduada em Ciências Políticas, que já desenvolvia atividades em conjunto com Valtércio desde o tempo em que ela era estudante e pesquisava sobre a dinâmica de socialização das crianças em condição de pobreza, especialmente em Salvador. Também participam da gestão do Centro as primeiras alunas que são atualmente multiplicadoras voluntárias. Em virtude do fato de Marika ter só recentemente conseguido a nacionalidade brasileira houve a necessidade de mais uma pessoa na direção do Centro Cultural que pudesse responder juridicamente pelo projeto juntamente com ela.

Para conseguir dar prosseguimento às atividades desenvolvidas no Calabetão, foi criada na Itália uma associação²¹ que tem a finalidade de captar recursos para a manutenção do projeto, além de realizar a comercialização da produção artesanal aqui realizada. O Centro não recebe ajuda de nenhum órgão governamental ou entidade privada brasileira, não estabelece qualquer tipo de articulação com outras instituições para realizar suas atividades. Esse comportamento demonstra um ponto crítico, mostra uma fragilidade institucional, uma vez que, em comparação com as outras organizações aqui apresentadas o Centro não participa de redes, nem fóruns, práticas tidas como capazes de fortalecer as organizações integrantes que ao compartilharem vivências e experiências tomam conhecimento de realidades similares e soluções que já surtiram efeito e podem ser replicadas. A relação com a Itália tem como eixo central o aporte de recurso financeiro que é destinado à manutenção do Centro, evidenciando uma situação de dependência total de recurso estrangeiro, uma situação que, sem sombra de dúvida, se mostra muito delicada, uma vez que se houver o rompimento desta ligação não há meios de continuar as atividades atualmente desenvolvidas. Em relação ao Centro Cultural a presença da paradiplomacia centra-se numa espécie de solidariedade transnacional da sociedade civil que tem a finalidade de manter o funcionamento do Centro Cultural aqui no Brasil.

²¹ <http://www.iragazzidival.com/>. Acesso em 08 mai. 2009

Nesta etapa do trabalho, após a contextualização de cada uma das quatro organizações em foco, serão apresentados quadros-síntese com as respostas às entrevistas realizadas. Com os quadros serão intercaladas análises com o propósito de aplicar a técnica de síntese de casos cruzados, que segundo definição de Yin (2005, p. 163): “se aplica especificamente à análise de casos múltiplos”.

No quadro abaixo são apresentadas as ações internacionais desenvolvidas pelas quatro organizações pesquisadas. Ao analisá-las percebe-se quão diversas são as atividades empreendidas por cada uma delas, numa demonstração de autonomia e independência. Pode-se também constatar que o foco das organizações não é a atuação internacional em si, mas sim a atividade desenvolvida localmente. A ação internacional funciona como um suporte para que a ação local aconteça. Uma atividade recorrente nos relatos das organizações é a realização de intercâmbios, tanto educacionais quanto culturais, ora com a ida de brasileiros ao exterior, ora com a recepção de estrangeiros aqui em Salvador. Tal atividade é avaliada como muito proveitosa por aqueles que a vivenciam, ela permite ampliar a visão quanto às situações-problema presenciadas aqui pelas instituições, ao constatar que elas podem se repetir em diferentes contextos geográficos. Por meio dessas ações a paradiplomacia é percebida quanto à relação estabelecida entre entidades locais e internacionais para o desenvolvimento de uma atuação conjunta, que pode ser efetivada tanto em Salvador quanto em outra parte do mundo.

Organização	Ações internacionais
CRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos aos projetos desenvolvidos; • Projeto de Cooperação Educativa e Cultural do Laboratório de Expressividade Corporal e <i>Clow</i>²²; • A Arte do Encontro; • <i>Tutti Noi</i> (Todos Nós); • Peça de teatro: “Quem Sou Eu”, “Quem Somos Nós”²³; • Participação na Rede Latino Americana de Arte e Transformação Social (AyTS) – envolvendo 5 países; • Encontros internacionais de jovens; • Projetos de cooperação internacional; • Participação no Mercosul Cultural.
OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Escritório de representação, na Itália, com a finalidade de captar recursos para manter a OAF-Brasil, além de estabelecer contatos e promover a divulgação dos trabalhos realizados; • Projetos de colaboração; • Relacionamento com a política local no exterior, influenciando e criando políticas públicas; • Projeto: Cinco baianos em Turim. Jovens brasileiros faziam visitas a museus, estudavam a língua italiana e a cultura italianas, além de conviver com uma família diferente; • Projeto: Bolsa de Estudo. Finalidade - bancar pré-vestibular para jovens e ingresso em uma faculdade - passaram pelo projeto mais de 35 jovens, existe uma média de 20 jovens formados; • Projeto: Casa-Lar. Possibilita a adoção de uma casa-lar – desdobrou na Reestruturação do abrigo. Por meio da ARAI - Agência de Adoção Internacional. • Formação de técnicos que trabalham com as crianças;

²² A palavra clown (pronuncia-se “cláun”) apareceu no século XVI. Este vocábulo remete-nos a *colonuns* e *clod*, significando um fazendeiro ou rústico, torpe e, de qualquer maneira, o clown foi sempre campesino (TOWSEN, 1976). Outra origem é na língua celta, designando originalmente um fazendeiro, um campônio, visto pelas pessoas da cidade como um indivíduo desajeitado e engraçado, indicando, num outro momento, aquele que, com artificiosa torpeza, faz o público rir.

Clown se traduz por palhaço, mas as duas palavras têm origens diferentes. Palhaço vem do italiano e se relaciona, geralmente, à feira e à praça; já o clown refere-se ao palco e ao circo. Mas, na linguagem do espetáculo, as duas palavras confluem em essências cômicas. Fonte: <http://www.clown.comico.nom.br/clown.htm>. Acesso em: 11 Mai. 2009.

²³ Montagem teatral, nos moldes da metodologia especialmente voltada para os adolescentes, aqui desenvolvida pela fundadora do CRIA, Maria Eugênia Milet, em 2 viagens feitas ao continente Africano. Em Moçambique foi desenvolvido um trabalho focado em DST-Aids.

	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto: Sala de Psicomotricidade para recém-nascidos; • Projeto Fênix: Crianças com problemas psíquicos, superativas, com muita dificuldade de aprendizado que não conseguem acompanhar uma classe²⁴; • Intercâmbio de estagiárias italianas que veem fazer um período de estágio para acompanhar como está sendo desenvolvido o projeto. • ÚNICA (Universidade da Criança). Projeto: Laboratório de Tecnologia; • Apresentação cultural na abertura dos Jogos de Inverno na Itália a convite da Prefeitura de Turim; • Participação no desenvolvimento do Projeto 100Cittá²⁵; • Encontro com prefeitos italianos e brasileiros, na Itália²⁶; • Projeto Cuidador de Idosos²⁷; • Brinquedoteca: para crianças na faixa etária de 2 a 6 anos.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio Educacional; • Encontro internacional de educadores, na Reggio Emília, Itália; • Participar da 5ª Bienal Têxtil, em Buenos Aires; • Encontro internacional de capoeiristas²⁸.
Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma associação na Itália para financiar as atividades desenvolvidas aqui; • Projeto: Pré-vestibular;

²⁴ Professores italianos e professores e estudantes aqui de Salvador estão desenvolvendo o projeto que objetiva trabalhar com essas crianças com dificuldades, sobretudo na área de matemática. São desenvolvidos jogos especiais, no computador, nos quais as crianças vão jogando e aprendendo, sempre monitoradas por pedagogas, psicólogas e estagiárias.

²⁵ "100 Cidades para 100 Projetos para o Brasil" é um programa de cooperação internacional, promovido pela Cidade de Torino, representante da ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas) e da Província de La Spezia, representante da UPI (União das Províncias Italianas) em colaboração com a Presidência da República, o Ministério das Cidades e a Agência Brasileira de Cooperação. Fonte: <http://www.progetto100citta.it/?lang=por>. Acesso em 08 Mai. 2009.

²⁶ Participação de 25 prefeitos de várias cidades do Brasil. Cidades baianas presentes ao evento: Salvador; Itamaraju; Feira de Santana; Lauro de Freitas e Camaçari. Fonte: <http://www.progetto100citta.it/?lang=por>. Acesso em 08 Mai. 2009

²⁷ A motivação para este projeto surgiu de uma pesquisa realizada em Salvador na qual foi constatada uma projeção de envelhecimento súbito da população, invertendo uma tendência atual de predominância da população jovem. Ficou comprovado que não existe uma estrutura social adequada para essa realidade futura, não existem asilos adequados, nem formação para os respectivos profissionais. A sociedade não está pronta para receber ou cuidar do idoso.

²⁸ Duzentos capoeiristas participam até este domingo do Encontro Internacional de Capoeira de Angola. Capoeiristas da Suécia, Inglaterra, Finlândia, Canadá, Rússia, Japão, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Espanha, Peru, México, Nova Zelândia, Irã e de diversos estados do Brasil estão reunidos na Escola Municipal Cid Passos, no bairro de Coutos, para participar do Encontro Internacional de Capoeira de Angola. O evento acontece até este domingo (dia 7). A produção é da Fundação Internacional de Capoeira de Angola (Fica), com apoio da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC). Fonte: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/index2.php>. 05/08/2005. Acesso em: 09 Mai. 2009.

	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização na Itália das peças artesanais produzidas em Salvador.
--	--

Quadro 4.3: Ações internacionais voltadas para o campo da educação e da cultura

No quadro a seguir são apresentadas as articulações que três das quatro organizações estabelecem com instituições nacionais ou estrangeiras. Lembrando que o Centro Cultural informou não efetivar nenhuma articulação para o desenvolvimento de suas ações, tal comportamento já fora analisado como não adequado, uma vez que demonstra uma fragilidade da organização ao atuar isoladamente. O país mais citado é de longe a Itália, aparecendo na fala das quatro organizações, sendo em alguns casos o único país com o qual a organização local se relaciona. Nesse ponto percebe-se um distanciamento quando se compara com o Quadro 4.1 das cidades-irmãs de Salvador, nenhuma daquelas cidades listadas está presente na vida das organizações locais, de acordo com as informações obtidas por esta pesquisa. As instituições estrangeiras que cooperam com as locais desenvolvem ações em áreas sociais similares, com público-alvo também coincidente. É nesta questão da articulação com organizações de outros países que a paradiplomacia pode ser mais claramente percebida, esse é o ponto crucial de sua atuação. Pode-se dizer que o coração da paradiplomacia está nas interrelações que ela possibilita entre organizações nacionais e estrangeiras, que ao perceberem as similaridades sociais que as unem procuram desenvolver atividades em cooperação mútua para a busca de soluções comuns.

Organização	Articulação com outras instituições	Países/Cidades que mantém relações com as organizações locais
<p>CRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Save The Childen - UK; • Secretarias de governo; • Outras ONG´s; • Grupos artísticos; • Movimentos sociais; • Escolas municipais; • Ministério da Cultura – Projeto “Ponto de Cultura”; • UNICEF; 	<ul style="list-style-type: none"> • Itália; • Moçambique; • Reino Unido; • Londres; • EUA; • Alemanha; • Suécia; • Inglaterra.

	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação Ford; • PPM – Pão para o Mundo. 	
OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Juizado de Menores; • Secretarias de Governo – Estadual e Municipal; • Universidades públicas do Estado - UFBA e UNEB; • Faculdades particulares - FTC e UNIFACAS; • Entidades privadas; • Prefeitura de Turim; • Universidade de Turim; • Governo italiano - Ministério de Relações Internacionais da Itália; • ARAI - Agência de Adoção Internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Itália – região de Piemonte; Turim.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal de Salvador - SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura); • Comunidade circunvizinha; • Escola Nossa Infância; • Ministério da Cultura; • CRIA; • RedSolare²⁹; • Marília Dourado e Lídia Ortelho - como pessoas físicas. • Ministério da Agricultura; • Sebrae; • Embrapa; • UNICEF; • Faculdade de Teatro da UFBA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Itália – Reggio Emilia; • Argentina – Buenos Aires

²⁹ La Red Solare es una Asociación Latinoamericana para la difusión de la propuesta educativa de Reggio Emilia y la Cultura de la Infancia, conocida por el mundo a través de Reggio Approach. (A Rede Solare é uma associação latino-americana para a difusão da proposta educativa da Reggio Emilia e a Cultura da Infância, conhecida no mundo através da Abordagem Reggio). Tradução livre da autora. Fonte: <http://www.redsolare.com/new3/>. Acesso em: 15 Mai. 2009.

Centro Cultural Oficina Reciclável	Única organização a informar que não estabelece nenhum tipo de articulação ³⁰ com outras instituições. Havendo apenas a ligação com a Associação criada na Itália para manter o funcionamento do Centro aqui no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> • Itália – Veneza.
---------------------------------------	--	--

Quadro 4.4: Articulação com outras instituições (locais ou nacionais)

Dentre os motivos que orientaram as inserções internacionais, as organizações informaram que a própria dinâmica termina por conduzir por esses novos caminhos. Em muitos casos as ações internacionais não são resultado de previsão e planejamento, elas surgem ou por necessidade ou por desdobramento normal das atividades já desenvolvidas pelas organizações, podem também resultar de reconhecimento, indicação de alguma instituição nacional ou estrangeira que reconheça a qualidade dos serviços prestados, o bom desempenho já alcançado. Não se trata, pois de deliberação por parte das instituições. Neste caso a paradiplomacia não é intencional, mas sim ocasional. Entretanto, após efetivar essa inserção as organizações passam a adotar essas práticas com mais frequência, chegando a se programar para continuar ou começar novas ações internacionais. Na seqüência é apresentado o quadro com as motivações para a inserção internacional.

Organização	Motivações para o desenvolvimento das ações internacionais
CRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Convites para compartilhar a experiência desenvolvida localmente; • Assessorias, formações, apresentações e outras articulações; • Visibilidade, resultados, <i>know how</i> construído e reconhecimento pelo trabalho realizado; • Prospecção de financiadores; • Apoio institucional de organização estrangeira – UNICEF; • Prêmios ganhos em razão da metodologia inovadora em teatro.

³⁰ Há registro que no ano de 2000 começaram os primeiros contactos com empresas privadas e organizações filantrópicas como WCN (responsável pela distribuição de farinha), a Butano (gás de cozinha), Nipo Oriente (supermercado), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, CESE (Coordenação do Serviço Ecumênico), Instituto Mauá - Esse rompimento com as instituições que no passado já estiveram presentes na vida da instituição pode ser explicado pelo fato de que com o falecimento de Valtércio, não houve uma pessoa que tivesse, tanto quanto ele, esse poder de articulação em favor do projeto.

OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades para dar continuidade às suas atividades de assistência a crianças e jovens da cidade; • Manutenção das crianças abrigadas. “O coração do projeto são as crianças abrigadas”.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Busca pela excelência em educação; • Estar cada vez mais procurando compreender a criança; • Aprimoramento da Cultura da Infância; • Decisão da escola em pesquisar as idéias reggianas; • A escola reconhece que tem uma missão social, há um sentimento de responsabilidade social em virtude da causa abraçada.
Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização por crianças que se encontravam em situação de risco social no Centro Histórico de Salvador; • Pesquisa acadêmica efetivada por uma estudante estrangeira; • Estruturar as ações que já se encontravam sendo realizadas.

Quadro 4.5: Motivações para o desenvolvimento das ações internacionais

As estratégias de inserção internacional adotadas pelas organizações em foco variam em algum grau, havendo o predomínio do intercâmbio, seja educacional ou cultural. A participação em seminários, redes transnacionais e fóruns é outro ponto forte na visão das entidades entrevistadas. Esse aspecto de conexão entre organizações é traço marcante nas ações paradiplomáticas. Não existe uma estratégia específica adotada por todas elas, o que vai determinar o tipo de inserção é a demanda conjuntural do momento.

Organização	Estratégia de inserção
CRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio cultural; • Participação em redes e fóruns; • Seminários de cooperação internacional; • Prospecção de apoiadores/financiadores.
OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbios; • Participações em seminários, fóruns, a exemplo do 100Cittá – “o tipo de inserção vai depender da modalidade do projeto que se pretende desenvolver”;
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Participações em Seminários internacionais; • Participações em Redes transnacionais.

CCOF	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma associação na Itália com o intuito de manter as ações aqui no Brasil; • Exposição cultural, na Itália, das obras de Valtércio Santis, fundador do Centro Cultural.
------	--

Quadro 4.6: Estratégia de inserção internacional adotada pelas organizações locais

Dentre os benefícios apontados pelas quatro organizações a palavra recorrente é mudança, as várias mudanças que as ações internacionais proporcionaram às pessoas beneficiadas. Outro ponto é o reconhecimento pelo trabalho empreendido. A questão da participação política é também visto como benefício, neste caso indo além do público-alvo, uma vez que políticas públicas em educação e cultura podem beneficiar um raio maior de parcela da sociedade soteropolitana. É importante destacar que nem todas as pessoas que já passaram pelas quatro organizações alcançaram os mesmos benefícios em termos de mudança na qualidade de vida, há os que não atinjam o mesmo grau de beneficiamento, por razões as mais diversas, que não foram abordadas nesta pesquisa.

Organização	Benefícios proporcionados pela inserção internacional
CRIA	<p>Inicialmente foi informado que não existe uma sistematização a esse respeito.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos jovens para buscar políticas públicas; • Impacto na vida dos meninos que passam pela instituição; • “Provocar o governo para que assuma seu papel”. • “Pensar junto em políticas públicas”.
OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Parte educativa: o projeto da bolsa de estudos possibilitou aos jovens uma formação acadêmica, provocando uma mudança no seu percurso de vida. Passaram pelo projeto mais de 35 jovens, existe uma média de 20 jovens formados; • Transformar da vida do jovem e de sua família; • Parte econômica: do abrigo, as adoções à distância que possibilitam manter a auto-suficiente da instituição, sem precisar recorrer à ajuda do Estado; • Autonomia para atuação. • Despertar nos jovens o potencial humano e artístico latentes; • Reconhecimento social da instituição - num patamar em que é

	procurada por outras organizações que propõem o desenvolvimento de atividades conjuntas.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Respaldo muito grande ao nível teórico, ao possibilitar o conhecimento de outras teorias educacionais; • Qualidade da educação e do relacionamento entre professores e estudantes; • A viabilidade das viagens se deu em virtude do prêmio ganho pela escola ao se tornar um “Pontinho de Cultura” do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura; • Resultados obtidos pela escola são revertidos para os moradores da cidade efetivamente.
Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • De maneira geral na vida das pessoas que passaram pelo Centro; • Formação profissional; • Melhora na qualidade de vida dos meninos que antes perambulavam pelo Pelourinho; • Permitir a ludicidade na vida das crianças.

Quadro 4.7: O que a estratégia de inserção internacional trouxe de benefício para o campo da educação e da cultura em Salvador

Quando questionadas a respeito dos impactos produzidos em virtude das ações paradiplomáticas houve um pouco de semelhança com as respostas dados em relação aos benefícios, talvez tenha sido uma falha na estruturação das entrevistas. Mais uma vez a palavra mudança aparece com frequência. A melhora na qualidade de vida é tida como um dos maiores impactos proporcionados pelas ações internacionais. Por conta dessa visão o balanço feito pelas organizações é considerado positivo, ainda que, nem todos os objetivos tenham sido alcançados e nem todas as crianças e adolescentes tenham sido atingido da mesma maneira, havendo como já dito anteriormente os que se destacaram, alcançando benefícios concretos e outros que “ficaram pelo caminho”. Essas falhas são percebidas pelas instituições que se mostram atentas e dispostas a minimizá-las na continuidade de seus trabalhos.

Organização	Impactos produzidos no campo de atuação respectivo
CRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de mentalidade da juventude assistida quanto ao papel político e social de cada um.

OAF	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança concreta proporcionada na vida dos jovens que foram beneficiados ao passar pela instituição; • Possibilidade de inserção no campo de trabalho; • Possibilidade de uma criança participar de um laboratório científico; • Mudança real das crianças e adolescentes assistidos.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Descoberta de metodologias que possibilitam que essa criança se revele enquanto ser, em processo de desenvolvimento, utilizando várias linguagens; • Sensibilização dos educadores da rede municipal, provocando o desejo de conhecer e descobrir as idéias reggianas - se estende aos setores e outros responsáveis ligados com a questão da educação, como secretário, subsecretário e coordenação; • Disseminação da experiência das idéias reggianas; • Divulgação da pedagogia da escuta através dos seminários; • Fortalecimento do grupo de estudos da escola; • Mudança na prática em sala de aula, no desenvolvimento do olhar, que perpassa muito pela arte.
Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na qualidade de vida das pessoas; • Resgate feito a crianças e adolescentes que não tinham perspectivas de crescimento pessoal e profissional. •

Quadro 4.8: O que já se produziu em termos de impacto no campo de atuação respectivo

A agenda de trabalho de cada organização reflete as atividades desenvolvidas por cada uma delas. Por esse motivo, cada uma vai em uma direção distinta. O que aparece como ponto de destaque é a continuidade do que já se encontra sendo realizado, uma prova de que os resultados alcançados são positivos. Existe previsão de novos encontros, seminários, num movimento de reforço nas práticas de atuação. As ações internacionais estão presentes não como principal objetivo, mas como um elemento que compõe o conjunto dos trabalhos realizados.

Organização	Próximos passos
	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a equipe para fazer esse tipo de teatro especializado; • Projeto da União Européia com o qual se pretende ir à Itália; • Continuar a participação na Rede Latino Americana; • Continuidade do apoio da Fundação Ford;

<p>CRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior foco no Pelourinho, com projetos de reestruturação, articulação; • Projeto UNIFEM, planejado para 2010 e 2011; • Viagem para Campo Grande - atuar junto a uma instituição que participa da Rede Latino Americana; • Duas viagens, para o Peru e para a Argentina; • Viagem para a Alemanha, em 2009 - festival com as organizações que a PPM apóia.
<p>OAF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Busca permanente para desenvolver novos projetos; • Continuidade dos projetos em andamento; • Encontro com universidades; • Projeto para bebês - Sala de Psicomotricidade; • Expectativa de que o Secretário de Ciências conheça o projeto Laboratório Itinerante – convite fora feito anteriormente; • Prospecção para financiamentos.
<p>Escola Municipal Cid Passos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um processo de interiorização - movimento reflexivo do que já fora feito; • Encontros semanais do grupo de estudos; • Encontro com a secretaria (SMEC) com o intuito de divulgar a experiência vivenciada pela escola Cid Passos; • Seminário no mês de novembro – programação a ser definida.
<p>Centro Cultural Oficina Reciclável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade das ações em andamento; • Continuar o Projeto do pré-vestibular; • Estruturar a organização em termos de documentação para poder participar de editais e benefícios governamentais; • Promover capacitação de parte da diretoria que atua no Brasil.

Quadro 4.9: Próximos passos - agenda de trabalho

No tocante ao futuro das ações e das respectivas organizações, as pessoas responsáveis apontaram diversos pontos que precisam ser melhorados para que haja continuidade das atividades e melhora na sua execução. O estreitamento da relação com o poder público é tido como bastante importante para viabilizar os trabalhos. Neste quesito a paradiplomacia avança ao pretender envolver em ações conjuntas, a sociedade civil organizada e os poderes públicos que são legitimados³¹ para atuar nos campos em que

³¹ O Estado ainda é o único aparato institucional – por delegação teórica da sociedade, daí advindo sua legitimidade – que tem à sua disposição meios coercitivos político-militares e o poder de instaurar a ordem

essas organizações agem por conta da ausência sentida em algum momento da presença do Estado como condutor e realizador das ações sociais, especialmente nas áreas de educação e cultura. Também reaparece a questão da necessidade dos recursos financeiros, as organizações estão em busca de novas fontes de financiamento, ou para suprir uma espécie de dependência ou para superar o momento atual em que a crise financeira mundial diminui as possibilidades de acessar recursos no exterior.

Organização	Importante no futuro
<p style="text-align: center;">CRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar cada vez mais esse caminho que o CRIA trilha; • Cooperação internacional é também vista como importante; • Continuação dos intercâmbios; • Participação no Mercosul Cultural - “tem como avançar muito mais do que o Mercosul voltado para a questão do comércio”; • Realização de seminários e palestras que tratem especificamente de cooperação internacional.
<p style="text-align: center;">OAF</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar mais parcerias com o poder público; • Designação de um representante governamental para acompanhar as ações empreendidas pela instituição - o aval deste representante oficial abriria portas junto a diversos setores da sociedade; • Outra ação governamental poderia ser a disponibilidade de profissionais da área de saúde para atender às pessoas assistidas pela OAF; • Novas fontes de financiamento para os projetos.
<p style="text-align: center;">Escola Municipal Cid Passos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a luta pelos direitos das crianças de uma maneira universal; • Ampliar o número de aliados, parceiros; • Presença da Faculdade de Educação; • Busca por fontes de financiamento, principalmente em relação às viagens internacionais; • Maior envolvimento da família; • Melhora na formação de outros profissionais ligados à educação, a exemplo dos terceirizados.

fundada no direito, bem como dar direção às políticas externa, de saúde, de educação, de segurança etc. (DUPAS, 2005, p.161-2)

Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • Estreitar e fortalecer as relações entre Brasil e Itália; • Realizar intercâmbios de ida à Itália; • Estabelecer autonomia em relação aos recursos necessários ao funcionamento do Centro.
---------------------------------------	--

Quadro 4.10: Importante no futuro para o desenvolvimento de ações internacionais no campo da educação e da cultura

A última questão abordada procurou conhecer quais são os aspectos negativos que precisam ser superados pelas organizações. Percebeu-se que os mesmos estão estreitamente relacionados à agenda de trabalho das organizações. O que aparece como importante para o futuro retorna neste momento em forma de negatividade que necessita de melhoras para corrigir as imperfeições na atuação de cada instituição. Questões como língua estrangeira, exigências feitas por financiadores; falta de apoio local, tanto da sociedade civil (empresariado) como órgãos governamentais, são relacionados abaixo. O fato de a Secri aparecer nas respostas das organizações como desconhecida da maioria delas é outro ponto negativo, pois sua proposta é justamente favorecer a inserção internacional. Uma atuação eficaz da Secri poderia responder a muitas das demandas aqui relacionadas pelas organizações. Novamente a ausência do poder estatal é um estimulante para realização de ações paradiplomáticas, uma vez que o órgão local responsável inicialmente por tal atividade, não corresponde às expectativas dos atores que de fato realizam as ações internacionais no município de Salvador.

Organização	Aspectos negativos a serem superados
CRIA	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades com a língua estrangeira - em relação à participação em projetos e editais; • Esclarecimento de como funciona a cooperação internacional na visão da Europa; • Adequação às exigências dos apoiadores força uma capacitação/formação dos que atuam na instituição – qualificando-se no processo a exemplo da inscrição no Padó (um banco de dados, cuja inscrição é obrigatória para qualquer projeto apoiado pela União Européia).
	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de alguns projetos; • Exigências de contra partida - muitas vezes a instituição não dispõe do que é solicitado; • Apoio recebido por alguns setores da sociedade é muito

OAF	<p>pequeno;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande dificuldade em inserir jovens que recebem formação profissional para que desenvolvam estágios nas empresas locais; • Estabelecer algumas parcerias se mostra como uma das maiores dificuldades na implementação de determinadas ações; • Atuação efetiva da Secri ou outro órgão governamental que facilite a inserção internacional das organizações; • Falta de apoio direto das secretarias de ciência e tecnologia, tanto municipal quanto estadual para permitir que o Laboratório Itinerante seja posto em prática; • Parte da sociedade não percebeu o alcance positivo dos projetos; • Crise mundial que dificulta a realização de alguns projetos.
Escola Municipal Cid Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Desafio em relação aos profissionais que trabalham em conjunto com os educadores – terceirizados; • Proporcionar melhoras na alimentação das crianças; • Aumentar participação das famílias; • Falta de pessoal de apoio compromete proposta pedagógica; • Falta de manutenção predial da escola - emperram o processo e comprometem uma proposta pedagógica grandiosa.
Centro Cultural Oficina Reciclável	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência financeira em relação à Itália; • Reconhecimento por parte da comunidade em que atua; • Adequação aos editais de projetos sociais; • Qualificação dos responsáveis pela gestão, no Brasil.

Quadro 4.11: Aspectos negativos que precisam ser superados

Ao finalizar essa etapa do presente trabalho em que foram feitas descrições e análises das respostas fornecidas pelas organizações, pretende-se elaborar uma síntese das ações paradiplomáticas locais.

4.2 SÍNTESE DAS AÇÕES PARADIPLOMÁTICAS LOCAIS NOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Como já mencionado anteriormente, as áreas de educação e cultura são bastante sensíveis ao contato com o outro, o diferente, o estrangeiro. Por ser Salvador uma cidade que tem no seu processo histórico de criação a presença marcante de povos estrangeiros, e que apresenta e procura desenvolver uma tendência para a área do turismo, esses fatores contribuem fazendo que o convívio e o intercâmbio com pessoas, organizações e culturas diversas ocorram com frequência acentuada.

Por essas razões, as relações internacionais, desenvolvidas tanto entre entidades governamentais centrais ou não, organizações não governamentais e indivíduos aparecem tão presentes e imbricadas na vida das organizações estudadas neste trabalho – apesar de não ser o único objetivo dessas organizações, como já mostrado em momentos anteriores.

Através do presente estudo de casos múltiplos, efetivado por meio da pesquisa de campo, realizada com as quatro organizações que serviram de base para esta monografia ficou comprovado que, na cidade de Salvador, a paradiplomacia é parte integrante do cotidiano das pessoas e instituições que realizam ações internacionais. As organizações pesquisadas não conhecem claramente o que a paradiplomacia significa em termos acadêmicos, uma vez que seus conhecimentos resultam da experiência diária, o que reforça a idéia de Salomón (2009) quando afirma: “a paradiplomacia é um produto da comunidade epistêmica [...] redes de especialistas”. Portanto, é compreensível o fato de que as organizações praticam a paradiplomacia, contudo não a conhecem enquanto tema ou assunto de sua realidade. Trata-se de um fazer desconectado da discussão teórica correspondente. Essa constatação serve para reforçar o interesse que este trabalho desperta ao se propor ser um veículo de transmissão de uma pequena parte dos conhecimentos já produzidos sobre a temática da paradiplomacia, em nível nacional e internacional.

Ao analisar os relatos das quatro instituições estudadas aqui podem ser percebidos alguns pontos de contato nas ações empreendidas, mas também são claros os pontos de distanciamento. Os pontos de contato podem ser traduzidos no público atendido por

quase todas elas: são crianças e adolescentes de origem econômica humilde, moradoras de comunidades carentes, as quais têm nessas instituições uma chance de alcançar benefícios sociais e humanitários que teriam dificuldade de acessar por outros meios. Outro ponto diz respeito à ligação com a Itália, todas as quatro organizações mantêm algum tipo de conexão com este país europeu. Igualmente no tocante ao surgimento das ações internacionais, elas não são resultado de planejamento ou intenção das organizações; são na verdade, resposta às demandas sociais, não havendo uma intencionalidade mas sim um movimento de reflexo ao que surge no dia a dia das organizações. Os benefícios percebidos também se assemelham fortemente. Os pontos de distanciamento relacionam-se às várias formas de inserção internacional adotadas, e às pessoas que respondem por elas, às agendas de trabalho, em virtude do último ponto analisado se mostram bem diversificadas, não sendo registradas ações internacionais em conjunto envolvendo as organizações em tela.

Excetuando o CRIA, que não delega especificamente a uma pessoa ou setor da instituição a condução pelas ações, as demais têm uma clara definição de quem são os indivíduos responsáveis pelo desenvolvimento das ações internacionais. Todas elas, à exceção do Centro Cultural Oficina Reciclável, mantêm fortes vínculos de articulação com outras organizações, locais e nacionais para o desenvolvimento de suas ações. Esse aspecto é inclusive reforçado em algumas falas, como a da responsável pelo, CRIA quando afirma que: “O CRIA nunca age sozinho”. Esse é um ponto muito interessante, pois mostra uma ligação entre os atores dos movimentos sociais, que ao atuarem em conjunto, a maioria das vezes pelas vias dos fóruns e redes transnacionais, conseguem se fortalecer enquanto movimento social legitimado por meio dos resultados positivos alcançados nas suas ações.

De uma maneira geral não existe planejamento, nem para o começo, nem para a continuidade na realização das ações, elas começam a ser pensadas e desenvolvidas a partir de demandas sociais vivenciadas pelas próprias instituições, conforme já analisado. A maioria das organizações desenvolve suas atividades há mais de 10 anos, ainda que as ações internacionais não datem da mesma época, havendo esse movimento em busca do internacional aumentado nos últimos anos. Em virtude desse fato o ano de 2005, com a

criação da Secri, não representa, efetivamente, um marco de mudanças significativas para as organizações. Aliás, duas delas afirmaram não ter conhecimento da existência dessa secretaria municipal que se propõe a articular ações internacionais empreendidas pelas instituições soteropolitanas. Esse conhecimento só se deu em virtude da realização da presente pesquisa. Este é um fato lamentável, pois demonstra um distanciamento entre uma proposta governamental voltada para o internacional e a realidade social tão atuante.

Há predominância do intercâmbio, seja ele na modalidade cultural ou educativa, como forma de inserção internacional, seguido de participação em seminários, encontros, redes e fóruns. Esses mecanismos foram avaliados como muito eficientes pelas organizações que os utilizam. Sendo responsável por proporcionar troca de experiências, bem como o conhecimento de realidades vivenciadas em outras nações. Outro benefício que as instituições julgaram ocorrer foi a mudança efetiva na vida das pessoas beneficiadas por suas ações, sendo essa mudança extensiva à sociedade, bem como outras pessoas com as quais o beneficiado mantenha contato, a exemplo dos familiares e grupos sociais aos quais pertença.

Os impactos produzidos foram todos avaliados, no discurso dos atores, como muito positivos, como já mencionado anteriormente, em relação à possibilidade de provocar mudanças reais nas vidas das pessoas assistidas. Entretanto, nem todos os que acessam essas organizações são impactados da mesma forma, não passaram despercebidos os casos de assistidos que não lograram pleno êxito com as ações realizadas, não havendo aproveitamento dos benefícios disponibilizados pelas organizações. Este ponto merece certo destaque, pois é sabido que a realidade social nem sempre é linear, com resultados idênticos para todos os envolvidos. Não existem igualmente parâmetros ou indicadores que possam verificar objetivamente esses impactos, a avaliação é realizada mediante comprovação empírica.

No quesito agenda de trabalho/próximos passos ficou evidenciada uma “falha”, se assim pode-se considerar em relação à gestão das organizações. Majoritariamente não foi verificada a existência de um planejamento estruturado que oriente os próximos passos a serem dados, exceção feita ao CRIA que, para realizar seu Programa de Educação para a

Cidadania, estruturou em anos atrás um Plano de Trabalho, intitulado Projeto Institucional que engloba atividades trianuais. “Em 2009 encerra-se o ciclo 2007-2009 e já se encontram projetadas as ações do próximo triênio 202-2012” Contudo, na maioria das vezes as atividades vão surgindo e se desenvolvendo ao sabor das circunstâncias. Ainda assim conseguem ser bem realizadas, essa é uma característica das organizações sociais, em meio a um “caos” aparente, empreendem ações efetivas.

Quanto ao futuro das ações realizadas, a maioria das organizações afirmou que pretende dar continuidade ao que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos anos. Foi mencionada a necessidade de maior apoio governamental, além de parcelas da sociedade civil, bem como de melhores condições para se acessar financiamentos.

Os aspectos negativos destacados estão de alguma maneira, ligados ao que se pretende para o futuro. Melhores relacionamentos com o poder público, aumento do número de parcerias, superar a dificuldade provocada pela falta de conhecimento da língua do outro, minimizar a burocracia em relação aos projetos realizados, maior abertura por parte da sociedade para as demandas dessas organizações, a exemplo das parcerias que a OAF precisa empreender para possibilitar que seus jovens recém formados possam realizar um estágio que vai reafirmar o conhecimento adquirido na instituição, dentre outras necessidades.

Finalizando pode-se concluir, embasado no referencial teórico complementado pelas constatações empíricas, que as ações paradiplomáticas desenvolvidas na cidade de Salvador procuram responder àquela ausência do poder público, mencionada por inúmeros autores que tratam dessa temática, a exemplo de Dupas (2005, p. 163) quando afirma: “[...] os atores da sociedade civil global são presas de um dilema: de um lado, são dependentes dos Estados para atingir seus objetivos, de outro, adversários deles e dos grandes grupos”. Em outro trecho da mesma sua obra, o referido autor ainda reforça seu posicionamento crítico ao afirmar que:

Na verdade, foi no contexto de falta de alternativas que envolvessem uma ação pública eficaz que o ativismo político pela cidadania e pela justiça social se transformou em ativismo civil voltado pra a solidariedade social. A demanda por responsabilidade social passou, aos poucos, a se deslocar do governo para o

assim batizado *terceiro setor*. As políticas de desregulamentação levaram a um empobrecimento do espaço de discussão pública e participação política (DUPAS, 2005, p. 176).

Em muitas situações, o Estado como já visto anteriormente, não consegue abarcar todas as demandas sociais e com isso abrem-se portas pelas quais as organizações sociais adentram e conseguem executar excelentes ações em prol de parcela da população que se encontra em processo de marginalização e exclusão. Claro que não se pretende com isso suplantar o papel do Estado que continua sendo fundamental para a manutenção da dinâmica social nos moldes estabelecidos desde seu surgimento, qual seja, o ente ao qual foi transferido parcela de poder para atuar e responder pela população, conforme análise feita pelos teóricos a exemplo de Hobbes, apud Bedin (2001). A proposta paradiplomática é contribuir para o evento que Hurrel (2009) chamou de “governança complexa além do Estado”, presente no ativismo político exercido por organizações não governamentais, por exemplo. Um processo de interconexão que busca envolver a sociedade civil e o Estado numa tentativa de dar respostas consistentes e eficazes às mazelas provocadas por movimentos e processos como a própria globalização. É verdade que as organizações não dispõem de aparato legal para sua atuação internacional, mas conquistaram legitimidade e respeito, fruto dos resultados positivos alcançados em suas atividades. Desta feita, pode-se reafirmar que o desenvolvimento das ações paradiplomáticas no município de Salvador, nos campos da educação e da cultura, têm se mostrado condizentes com as análises teóricas sobre a referida temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO E NOVAS AGENDAS DE PESQUISA

As Relações Internacionais, como disciplina acadêmica, surgiram no início do século XIX como forma de a sociedade entender e explicar os acontecimentos históricos daquele momento, em especial a Primeira Guerra Mundial. Na visão de Oliveira (2007): “Após a Segunda Guerra Mundial, os estudos e as pesquisas da área [...] vêm avançando de forma surpreendente em consequência da própria realidade interdependente e globalizante [...]”. Desta forma, constata-se que o fenômeno das guerras, ainda que provoque enormes prejuízos sociais e econômicos, exerce influência sobre o

desenvolvimento das relações humanas e conseqüentemente das relações internacionais. Não sendo, é claro, o único meio capaz de realizar tal atividade.

No final deste mesmo século XIX, o mundo assistiu à emergência de um novo fenômeno, menos agressivo, em termos relativos, que a guerra, mas igualmente capaz de provocar rupturas e novas conformações nas relações internacionais, tal fenômeno é descrito por Milani (2006) como o “controverso fenômeno da globalização”. Tal análise diz respeito aos efeitos verificados com este fenômeno, por um lado ele permite a aproximação das pessoas, em virtude das facilidades de comunicação, via *internet*, reduz custos de produção, dentre outros resultados, e por outro lado, é causa de grandes exclusões econômicas e sociais daqueles que não são beneficiados por essas facilidades. Outra percepção acerca da globalização é a ameaça direcionada ao Estado-nação, quando o mesmo é questionado quanto à sua eficiência de gestão. O Estado se encontra numa situação delicada, pois, como afirma Dupas (2005, p. 27): “A autonomia dos Estados nacionais é, hoje, questionada ao mesmo tempo pelos atores econômicos e pela sociedade civil mundial”.

Em meio a tal situação, as unidades subnacionais, bem como movimentos representativos da sociedade civil organizada, se viram diante de um cenário favorável a uma atuação mais autônoma, haja vista que, por não estarem suas demandas sendo satisfeitas adequadamente pelos Estados no panorama mundial e não existirem propostas satisfatórias de solução para seus problemas, cabia a esses novos atores agir em favor de seus interesses, buscando resolver seus problemas de maneira mais autônoma.

Essa é a proposta defendida pela Paradiplomacia, suprir a lacuna deixada pelo Estado que não foi preenchida, igualmente, pelas forças econômicas de atuação internacional. Ao redor do mundo, organizações e indivíduos se propuseram a assumir o protagonismo na busca por alternativas na solução de problemas comuns, ainda que os envolvidos não se encontrem próximos geograficamente. Tal comportamento tem gerado resultados e impactos muito positivos, inclusive no Brasil e em Salvador.

Tendo as diversas contribuições teóricas como aparato conceitual, o presente trabalho se propôs a realizar uma pesquisa empírica que pudesse comprovar ou refutar as afirmações dos diversos autores, no Brasil e no mundo, que afirmam ser a Paradiplomacia uma realidade social da contemporaneidade. A Paradiplomacia está presente em organizações das mais variadas tendências e objetivos. Para o presente trabalho o foco foi direcionado para organizações que atuam nos campos da educação e da cultura, uma vez que tais segmentos sociais são bastante sensíveis à influência e ao contato com o mundo exterior.

Desta feita foram selecionadas quatro organizações do município de Salvador que desenvolvem ações nas áreas de educação e cultura e mantêm relações institucionais com organizações internacionais e indivíduos com atuação internacional. As escolhas se deram a partir de motivações diferenciadas. Algumas foram resultado do conhecimento prévio do trabalho desenvolvido pelas organizações, a exemplo do CRIA e da OAF. Outras foram fruto de desdobramentos da própria pesquisa por meio da *internet*, como no caso da Escola Cid Passos, cujas ações internacionais encontram-se registradas no *site* da SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura -. E, por fim, a última instituição a ser estudada resultou de uma pesquisa informal junto a colegas de trabalho sobre o conhecimento de instituições locais que atendessem aos requisitos propostos nesta pesquisa. Com isso, chegou-se ao Centro Cultural Oficina Reciclável. Portanto, as instituições estudadas neste trabalho se resumiram ao: CRIA (Centro Integral de Referência do Adolescente); OAF (Organização de Auxílio Fraternal); Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Cid Passos e CCOR (Centro Cultural Oficina Reciclável).

O presente estudo de caso, efetivado por meio da pesquisa de campo, serviu para comprovar o pressuposto o qual dizia inicialmente que, na cidade de Salvador a paradiplomacia se estende para além do aparato institucional representado pela atuação da Secri. Trata-se de um fenômeno que é parte integrante do cotidiano das pessoas e instituições que realizam ações internacionais. Ainda que não esteja claro para elas o que isso significa em termos acadêmicos, uma vez que seus conhecimentos são fruto da experiência diária. Essa constatação serve para reforçar o interesse que este trabalho desperta quando se propõe a ser um veículo de transmissão de uma pequena parte dos

conhecimentos já produzidos sobre a temática da paradiplomacia, em nível nacional e internacional.

Por meio da análise das instituições estudadas puderam ser percebidas algumas similaridades nas ações empreendidas, mas também ficaram claros os pontos divergentes. Os pontos de contato podem ser traduzidos no público atendido por quase todas elas, são crianças e adolescentes de origem econômica humilde, moradoras de comunidades carentes, as quais têm nessas instituições uma chance de alcançar benefícios sociais e humanitários que não teriam acesso de outra maneira. A maioria delas, à exceção do Centro Cultural Oficina Reciclável, mantém efetiva articulação com outras organizações, locais e nacionais para o desenvolvimento de suas ações. Esse aspecto é inclusive reforçado em algumas falas, como na de uma das pessoas responsáveis pelo, CRIA quando disse que: “O CRIA nunca age sozinho”. Esse é um ponto muito interessante, pois mostra uma ligação e aproximação entre os representantes dos movimentos sociais, que ao atuarem em conjunto, a maioria das vezes através de fóruns e redes transnacionais, conseguem se fortalecer e alcançam resultados mais eficientes nas suas empreitadas.

De uma maneira geral não existe planejamento, nem para o início, nem para a continuidade na realização das ações, elas começam a ser pensadas e desenvolvidas a partir de demandas sociais vivenciadas pelas próprias instituições. A maioria das organizações desenvolve suas atividades há mais de 10 anos, ainda que as ações internacionais não datem da mesma época, havendo nesse período a busca pela inserção internacional se intensificado, especialmente nos últimos anos. Em virtude desse fato o ano de 2005, com a criação da Secri, não representa, efetivamente, um marco de mudanças significativas para as organizações. Aliás, duas delas afirmaram não ter conhecimento da existência dessa secretaria municipal que se propõe a articular ações internacionais empreendidas pelas instituições soteropolitanas. Esse conhecimento só aconteceu em virtude desta pesquisa.

Há predominância do intercâmbio, seja ele na modalidade cultural ou educativa, como forma de inserção internacional. Esse mecanismo foi avaliado como muito eficiente pelas

organizações ao proporcionar troca de experiências com pessoas e organizações de outras partes do mundo. Outro benefício percebido foi a mudança efetiva na vida das pessoas beneficiadas, sendo extensível à sociedade.

No quesito agenda de trabalho/próximos passos ficou evidenciada uma “falha”, se assim pode-se falar, na gestão das organizações. Em nenhum caso foi verificada a existência de um planejamento estruturado que oriente os próximos passos a serem dados, em relação às ações paradiplomáticas. As atividades vão surgindo e se desenvolvendo ao sabor das circunstâncias, como já relatado. Como resultado dessa prática quando o assunto é o futuro das ações internacionais realizadas, a maioria das organizações afirmou que pretendem dar continuidade ao que vem sendo desenvolvido ao longo do tempo. Foi mencionada a necessidade de maior apoio governamental, bem como de melhores condições para se acessar financiamentos.

Os aspectos negativos destacados estão de alguma maneira, ligados ao que se pretende para o futuro. Melhores relacionamentos com o poder público, aumento do número de parcerias, superar a dificuldade provocada pela falta de conhecimento da língua do outro, minimizar a burocracia em relação aos projetos realizados, maior abertura por parte da sociedade para as demandas dessas organizações, a exemplo das parcerias que a OAF precisa empreender para possibilitar que seus jovens recém formados possam realizar um estágio que vai reafirmar o conhecimento adquirido na instituição, dentre outras necessidades.

Finalmente, pode-se afirmar que as ações paradiplomáticas desenvolvidas na cidade de Salvador pelas organizações da sociedade civil procuram responder àquela ausência do poder público, potencializada pela contribuição da globalização, mencionada por inúmeros autores que tratam dessa temática, como: Oliveira (2007), Bedin (2001), Dupas (2005), dentre tantos outros.

Em muitas situações, o Estado como já visto anteriormente, não consegue abarcar todas as demandas sociais e com isso abrem-se portas pelas quais as organizações sociais adentram e conseguem executar excelentes ações em prol de parte da população que se

encontra em processo de marginalização e exclusão social e econômica. Claro que não se pretende com isso suplantar o papel do Estado que continua sendo fundamental e, em muitas situações insubstituível, na condução das políticas interna e externa. O que se pretende é exercer uma coparticipação, entre Estado e sociedade civil organizada, haja vista que os reflexos nocivos da globalização recaem sobre essa parcela da sociedade menos assistida, para a qual as organizações sociais representam um ponto de equilíbrio entre a ausência do Estado e o esquecimento proporcionado pelas tendências globalizantes.

[...] É claro que a globalização não “revoga” a existência do estado-nação, mas certamente restringe o alcance de sua soberania e o destitui da condição secular por ele até então detida: a de ator exclusivo na construção e gestão da ordem internacional (MARTINS, 1997).

Para responder à questão: Como as ações paradiplomáticas nos campos da Educação e da Cultura têm sido desenvolvidas em Salvador, desde o ano de 2005? O que se pode concluir, inicialmente, é que existem instituições da sociedade civil no município que desenvolvem ações internacionais focadas em educação e cultura com resultados efetivos, em termos de benefícios para seu público-alvo e continuidade das ações. Essas organizações não contam com a participação efetiva do poder público para a realização de suas tarefas. É percebida uma lacuna, que é tida como desfavorável, uma vez que se o vínculo fosse mais forte, as organizações conseguiriam realizar mais e melhores ações internacionais, por ser o Estado o detentor de maior legitimidade para atuar no campo social. No quesito articulação entre organizações, as próprias instituições sociais desenvolvem um vínculo mais forte entre si, que em relação aos órgãos governamentais, sendo constatado que a Secri não mantém vínculos de articulação com nenhuma das organizações estudadas neste trabalho, o que é lamentável, uma vez que, como já dito antes, tal instituição governamental se propõe justamente a fazer essa ligação entre as organizações locais, que atuam internacionalmente, e as entidades estrangeiras.

Apesar de não haver planejamento para o início das ações internacionais, as mesmas são efetivadas a partir da demanda que cada organização constata. Às vezes, encontros casuais, como os relatados pelo CRIA, transformam-se em atividades internacionais com grande repercussão para a instituição, em termos de reconhecimento pelo trabalho

desenvolvido. Outras vezes, a busca pela melhora na qualidade do serviço prestado, como no caso da Escola Cid Passos, leva a instituição a conhecer e ampliar horizontes em sua área de atuação, transpondo fronteiras para verificar que apesar de as realidades sociais entre Brasil e países como Itália e Argentina serem bastantes diferentes, o ser humano, no caso a criança, apresenta as mesmas necessidades e carências que as que aqui se encontram.

O tipo de inserção internacional mais adotado pelas organizações estudadas é disparado o intercâmbio, seja educacional ou cultural. Existem ainda as participações em redes transnacionais, como a RedSolare e a Rede Latino Americana de Arte e Transformação Social (AyTS), bem como ligações com indivíduos que moram e atuam socialmente em outras nações.

O papel do financiamento das atividades é ponto crucial para as organizações sociais. Por não disporem de uma fonte fixa de recursos, lançam mão de várias alternativas, como: convênios, doações, inscrição de projetos em editais abertos por instituições internacionais e nacionais, dentre outras possibilidades, com vistas a garantir que suas atividades não sejam paralisadas, o que representaria um prejuízo social para os beneficiados.

Como já mencionado anteriormente a questão temporal, a partir de 2005, não representou alteração na realização das atividades, uma vez que a criação da Secri naquele ano não proporcionou mudanças na dinâmica das organizações. O aumento do número de ligações com o exterior pode ser justificado pela própria dinâmica social, com o advento da globalização, em especial das facilidades de contato via *internet*, que permitiu aproximar pessoas que vivem realidades sociais semelhantes, ainda que estejam geograficamente distantes. Outra explicação seria o próprio fluxo de pessoas ao redor do mundo, que ao tomarem conhecimento de outras realidades se propõem a interferir e buscar solucionar problemas que as sensibilizam. É o que preconiza a paradiplomacia, ação desenvolvida por entidades ou indivíduos com vistas a suprir a ausência do Estado na solução dos problemas sociais.

Mesmo tendo o presente trabalho respondido de alguma maneira ao seu problema de pesquisa, ainda assim os limites para uma maior compreensão do tema são grandes. Não se pode deixar de levar em conta que o universo pesquisado foi mínimo, quatro organizações, tendo em vista uma dinâmica social tão intensa quanto a verificada em Salvador, na qual os campos da educação e da cultura têm muito mais a oferecer de respostas quanto ao relacionamento com o exterior. Ainda assim foi gratificante tomar conhecimento das boas ações que são realizadas, do quanto as organizações que se propõem a atuar nessa seara tem contribuído para que esses dois temas estejam presentes na agenda das ações internacionais. Outro ponto interessante a aprofundar por meio de novos estudos é a proposta da Professora Mónica Salomón³² que pretende inserir o estudo da paradiplomacia no campo de estudos da política externa. Sem dúvida que se trata de uma propositura que tem muito a oferecer em termos de pesquisa, debates e contribuições por parte da Academia.

Um ponto que ficou como interrogação durante a pesquisa foi que dentre os países que mais aparecem como parceiro e financiador dessas instituições a Itália desponta como o mais importante. A explicação para essa forte ligação Itália-Brasil não foi respondida neste trabalho, uma vez que não representou o foco da pesquisa realizada, mas abre-se uma porta para novas investigações, saber por que a Itália está tão presente na vida de tantas organizações sociais soteropolitanas.

O fenômeno da paradiplomacia tem muito mais a oferecer em termos de novos conhecimentos e a Academia tem um papel indispensável nessa tarefa. É importante que mais estudos sejam elaborados para que os resultados proporcionados por este fenômeno sejam disseminados, mais debates sejam promovidos e haja maior popularização do que seja a paradiplomacia e quais benefícios e limitações ela é capaz de promover aos novos atores internacionais.

³² Professora do IRI-PUC, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ABOUT REGGIO KIDS. Disponível em:

<http://www.reggiokids.com/about/about_approach.php.>

Tradução: Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.reggiokids.com/about/about_approach.php&ei=7K8KStr_K5L0MsmQ-dYL&sa=X&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Dlori%2Bmalagusi%26hl%3Dpt-BR>

Acesso em: 13 Mai. 2009

Acerca de RedSolare. <Disponível em: <http://www.redsolare.com/new3/>.> Acesso em: 15 Mai. 2009.

ASSOCIAÇÃO I RAGAZZI DI VAL. Disponível em: <<http://www.iragazzidival.com/>.> Acesso em 08 mai. 2009

BEDIN, Gilmar Antonio. **A Sociedade Internacional e o Século XXI:** em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia e Entes Não-Centrais no Cenário Internacional.** Curitiba: Juruá Editora, 2008.

CID PASSOS. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/index2.php.05/08/2005>.> Acesso em: 09 Mai. 2009.

CLOWN.Comico. Disponível em: <<http://www.clown.comico.nom.br/clown.htm>.> Acesso em: 11 Mai. 2009

CLOWN E LINGUAGEM. Disponível em:

<<http://clownelinguagem.blogspot.com/2008/02/clown-introduo-tese-clown-processo.html>>. Acesso em: 11 Mai. 2009.

CRIA. Disponível em: <<http://blogdocria.blogspot.com/>.> Acesso em: 12 Abr. 2009.

DUPAS, Gilberto. **Atores e Poderes na Nova Ordem Global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HURRELL, Andrew. Provincializando Vestfália: O Estudo da Sociedade Internacional Global do século 21. “informação verbal”. In: **SEMANA BAIANA DE RELAÇÕES INTERANACIONAIS:** “Velhas” e “Novas” Fronteiras na Política Mundial, 2009, Salvador.

MARTINS, Luciano. Globalização: a importância do fenômeno. In: **Globalização entre o Imaginário e a Realidade**. (Coleção Pesquisas), São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, número 13, 1998, p. 47-51.

MILANI, Carlos R. S. Globalização e Contestação Política na Ordem Mundial Contemporânea, **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p.377-383, Set./Dez. 2006.

MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis : Vozes, 20016

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O QUE É ARTE-EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte-educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 20 Abr. 2009

O QUE SÃO CIDADES IRMÃS? Disponível em: <http://www.secri.salvador.ba.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=40> Acesso em: 23 Jun. 2009

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

PMS. Disponível em: <http://www.secom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14651&Itemid=82> Acesso em: 12 Abr. 2009.

PROGETTO 100CITTA. Disponível em: <<http://www.progetto100citta.it/?lang=por>> Acesso em 08 Mai. 2009.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e Novos Atores: as cidades brasileiras e o desenvolvimento da paradiplomacia**. 2008, 296 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RODRIGUES, G. M. A. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: **A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais**. São Paulo: EDUC, UNESP E EDUSC, 2004. Cap. 14, p. 440-462.

SALÓMON, Mónica. Atores não-estatais e Governos subnacionais nas Agendas de Política Externa. . “informação verbal”. In: **SEMANA BAIANA DE RELAÇÕES INTERANACIONAIS: “Velhas” e “Novas” Fronteiras na Política Mundial**, 2009, Salvador.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil:** de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookaman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para entrevistas

Perfil d@ Gestor (a) ou Dirigente:

3. Quais são as ações internacionais desenvolvidas por sua instituição voltadas para o campo da educação e da cultura?
3. Quem são os indivíduos responsáveis na sua instituição por essas ações
3. Existe articulação com outras instituições (locais ou nacionais)? Organizações governamentais, não governamentais, empresas? Quais são?

Histórico:

3. Como elas (as ações) foram pensadas? De que maneira surgiram?
3. Desde quando são realizadas?
3. A partir de 2005 houve alguma mudança considerável na execução ou condução das ações?
3. Quais foram as motivações e as razões para o desenvolvimento dessas ações?
3. Qual estratégia de inserção é adotada por sua organização? (Feiras, Convênios, Redes)
3. O que a estratégia de inserção internacional (a parceria, o projeto, o investimento) trouxe de benefício para o campo da educação e da cultura em Salvador, na sua avaliação?
3. Qual o papel da SECRI nessas inserções/ relações internacionais: Há apoio, divulgação?

Síntese e Análise Prospectiva:

3. O que já se produziu em termos de impacto no seu campo de atuação?
3. Qual balanço você faz das ações realizadas até o momento?
3. Quais os próximos passos? (agenda de trabalho)
3. O que você imagina como sendo importante no futuro para o desenvolvimento de ações internacionais no campo da educação e da cultura?
3. A seu ver, quais aspectos negativos (dificuldades, obstáculos) precisam ser superados?

APÊNDICE B – Organizações locais com atuação paradiplomática

CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes

Rua Gregório de Mattos, nº 21, Pelourinho, Salvador - Bahia – Brasil

Fone: (71) 3322-1334

www.criando.org.br

<http://blogdocria.blogspot.com/>

Responsável – Maria Elizabeth Vieira

OAF - Organização de Auxílio Fraternal

Rua do Queimado, nº 17 – Liberdade, Salvador – Bahia – Brasil

Fone: (71) 3319-9700

<http://www.oaf.org.br>

e-mail: oaf@oaf.org.br

Responsável – Célia Pilli

Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Cid Passos

Rua da Lagoa s/nº - Coutos, Salvador – Bahia - Brasil

<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/index2.php>

e-mail: cidpassos@yahoo.com.br

Fone: (71) 3611-5978

Responsáveis - Patrícia Barral, Nanci Fetal, Uilton Vieira; Geiza do Espírito Santo

Centro Cultural Oficina Reciclável

Rua Ver Raimundo Urbano, nº 130 - Calabetão, Salvador – Bahia - Brasil

<http://www.iragazzidival.com/>

e-mail: c.culturaloficinareciclavel@hotmail.com

Fone: (71) 3392-2566

Responsável – Jamile Pereira